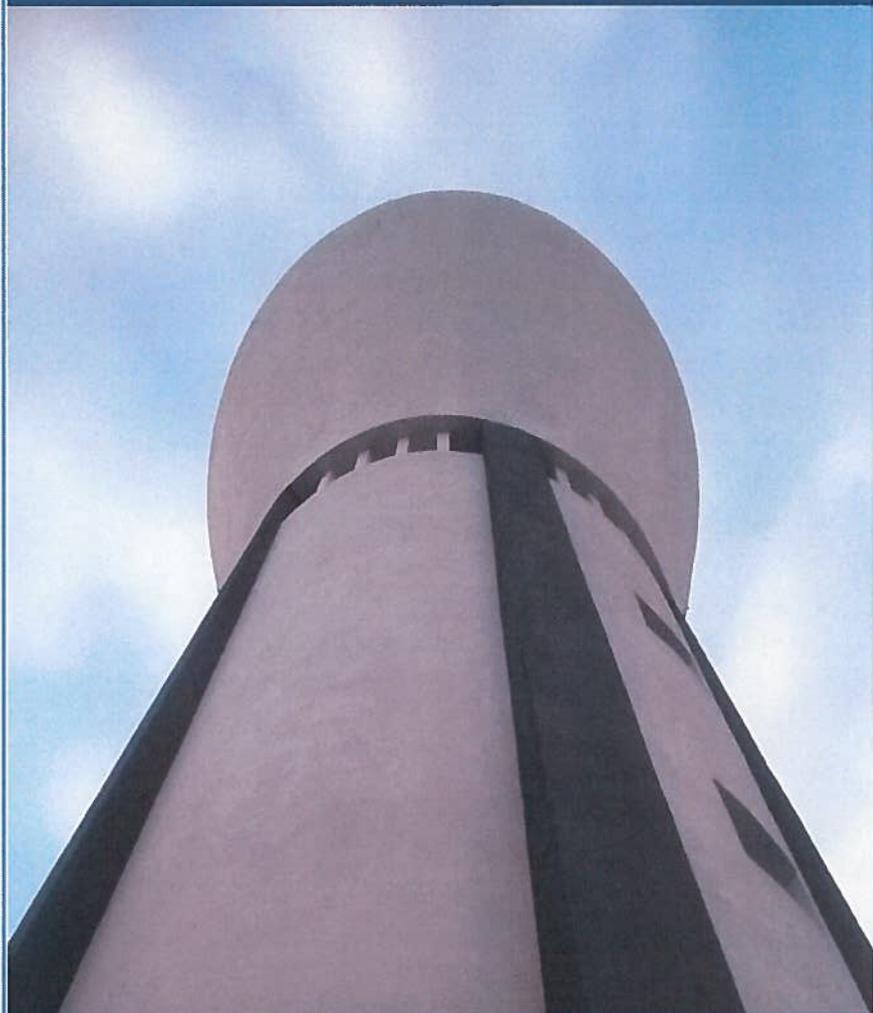


Handwritten marks in blue ink, including a large 'A' and some scribbles.

Relatório de Gestão e Contas 2017



Índice

1. Síntese de Dados / Indicadores,

2. Mensagem do Presidente,

3. Apresentação da Empresa,

3.1 Breve Historial,

3.2 Estrutura Acionista,

3.3 Órgãos Sociais,

4. Missão e Posicionamento Estratégico,

4.1 Missão,

4.2 Visão,

4.3 Valores,

4.4 Objetivos Estratégicos,

5. Síntese da actividade de 2016,

5.1 Factos Relevantes,

5.2 Envolvente Exterior,

5.3 Estrutura Organizacional,

5.4 Desempenho da Empresa,

5.5 Análise Económica Financeira,

6. Perspetivas para o Futuro,

7. Considerações Finais,

8. Outras Informações,

9. Proposta de Aplicação de Resultados,

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016 e Respetivo Anexo,

10.1 Balanço,

10.2 Demonstração dos Resultados,

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa,

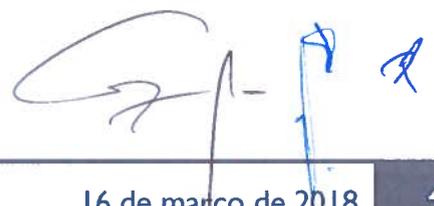
10.4 Demonstração Individual de Alteração de Capitais

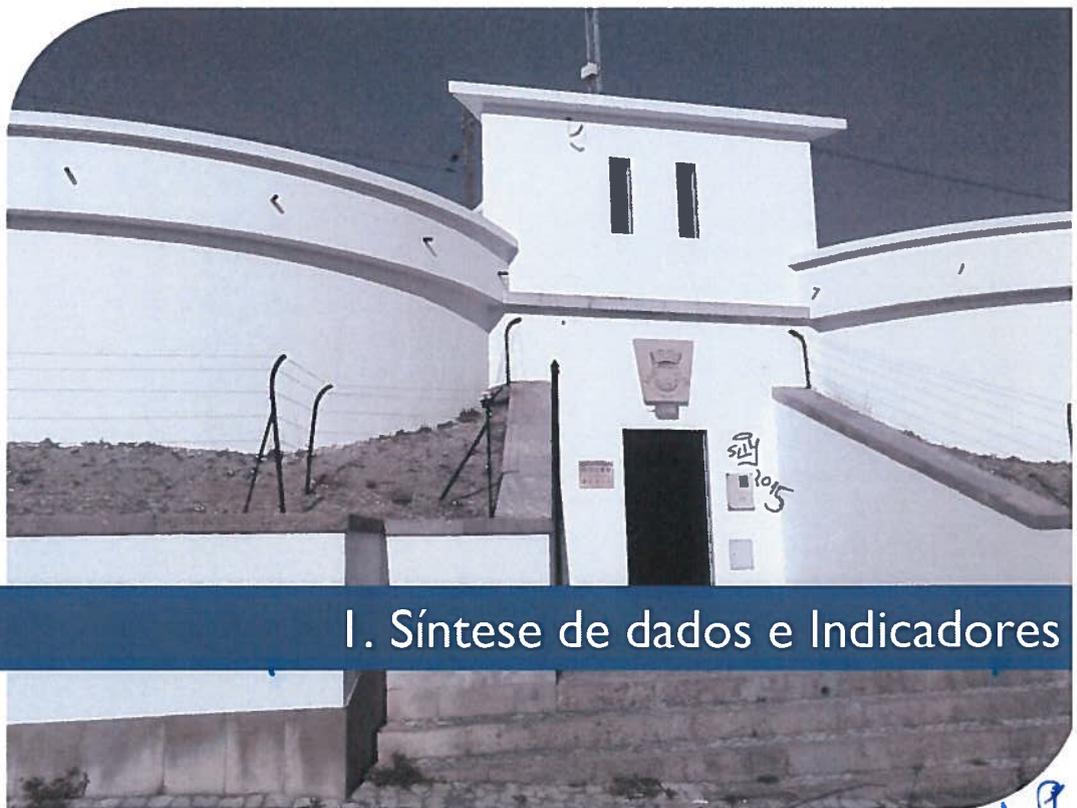
Próprios,

10.5 Anexo

11. Relatório e parecer do Fiscal Único,

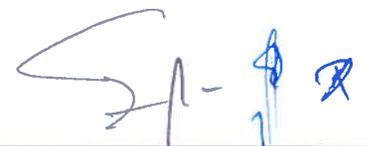
12. Certificação legal das contas,





I. Síntese de dados e Indicadores

Handwritten signature and date: 16/3/18



16 de março de 2018

I. Síntese de Dados / Indicadores

Financeiros	2015	2016	2017
Capital Social (€)	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Ativo Líquido Total (€)	23.617.199	23.450.861	23.123.018
Volume de Negócios (€)	7.340.072	7.548.694	7.952.076
Volume de Negócios / Cliente (€)	340	349	363
Resultado Antes de Impostos (€)	-580.960	1.362.855	1.504.215
Resultado Líquido do Exercício (€)	-404.951	1.034.439	1.150.158
EBITDA (€)	1.468.959	2.345.233	2.451.562

Recursos Humanos	2015	2016	2017
Número de Colaboradores a 31/12	30	31	31
Colaboradores / 1000 clientes	1,39	1,43	1,42
Volume de Negócios / Colaborador	244.669	243.506	256.519

Comerciais	2015	2016	2017
Número de Clientes – Abastecimento de Água (un.)	21.571	21.659	21.903
Número de Clientes – Saneamento (un.)	18.348	18.435	18.683
Volume total de Água Faturada (m ³ /ano)	2.197.438	2.258.765	2.416.525
Volume Total de Efluentes Faturados (m ³ /ano)	1.610.684	1.657.360	1.742.734
Reclamações Médias Mensais/1000 Clientes (un.)	0,2	0,2	0,1
Porcentagem de Água Adquirida/Captada e não Faturada	29,0%	26,5%	23,4%

Técnicos	2015	2016	2017
Volume Total de Água Adquirida (m ³ /ano)	3.031.510	3.007.612	3.082.833
Volume Total de Água Produzida (m ³ /ano)	113.068	113.161	102.999
Comprimento Total da Rede de Água (Km)	678	678	678
Comprimento Total da Rede de Saneamento (Km)	414	414	414
Reservatórios (un.)	62	62	62
Volume Total dos Reservatórios (m ³)	18.167	18.167	18.167
Estações Hidropressoras	41	41	41
Estações Elevatórias de Saneamento sob gestão direta da AdA (un.)	12	12	12

[Handwritten signature]



2. Mensagem do Presidente



16 de março de 2018

2. Mensagem do Presidente

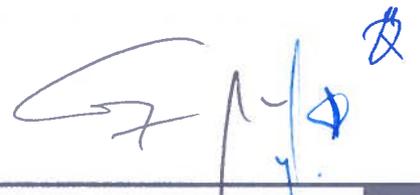
O ano de 2017 fica marcado pelo acentuar da recuperação económica em Portugal, com reflexo evidente no Município de Alenquer e nos consumos não domésticos que transparecem um maior dinamismo do setor produtivo existente no concelho. Esta situação quando conjugada com as características climatológicas verificadas em 2017, de seca extrema, conduziram a um ano anormal ao nível de vendas, não representativo da realidade da Concessão ou do sector.

Apesar deste cenário favorável, a Águas de Alenquer continuou a investir no controlo e monitorização da rede de abastecimento de água, alinhando as melhores práticas do sector com a permanente preocupação de reduzir perdas de água na rede. Este investimento continuado permitiu atingir em 2017 o menor volume de água perdido na rede, valor histórico que representa cerca de 1/3 do volume de água perdido no primeiro ano da concessão. Importa referir que este valor foi atingido sem substituição de rede, principal condicionante ao melhor desempenho da Concessionária.

A evolução positiva dos principais indicadores de negócio, reforçam a confiança em atingirmos os objetivos a que nos propusemos neste mandato e nesta fase da vida da Concessão. Estamos por isso bem alinhados com o futuro, concretizado que seja o reequilíbrio do Contrato de Concessão em 2018. A revisão do contrato, é sem dúvida o processo fundamental para a subsistência e sustentabilidade futura da Águas de Alenquer.

João Faria Feliciano

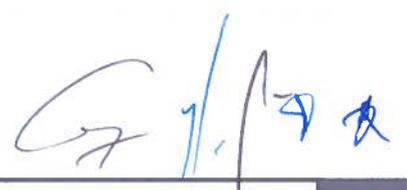
Presidente do Conselho de Administração





3. Apresentação da Empresa

[Handwritten signature]
16 de março de 2018



3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

A AdA - Águas de Alenquer, S. A. (Águas de Alenquer) foi criada em 7 de outubro de 2003, tendo celebrado com o Município de Alenquer a 17 de novembro do mesmo ano o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer. No dia 1 de janeiro de 2004 iniciou-se o Período de Funcionamento da Concessão, que decorrerá por 30 anos.

O seu objeto social consiste na exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do município de Alenquer e a realização de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da concessionária.

No 1º ano de funcionamento da Concessão em 2004, foram consignadas as infraestruturas que transitaram para a responsabilidade da Águas de Alenquer, tendo sido o fornecimento de água assegurado pela EPAL até outubro desse ano, e transitado para a AdO - Águas do Oeste S.A. (Águas do Oeste) em novembro de 2004. A operação das ETAR foi realizada pela Águas de Alenquer, até 30 de julho de 2005 data em que se transferiu a responsabilidade para a Águas do Oeste, conforme previsto contratualmente.

O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer foi aprovado na reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2005 e publicado no Apêndice n.º 19 da II Série do Diário da República de 24 de fevereiro de 2006.

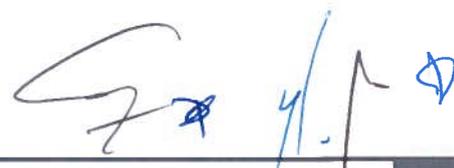
No último trimestre de 2006, após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, a Construções Pragosa, S. A. vendeu a sua posição a outra empresa do Universo Pragosa: a Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S. A.

Em setembro de 2007 foi aprovado o reequilíbrio económico-financeiro da concessão pela Câmara Municipal de Alenquer, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste não contemplado no contrato de concessão inicial. O aditamento ao Contrato de Concessão foi celebrado no dia 12 de março de 2008.

O Plano de Investimentos foi concluído em 2008, com a exceção de um reservatório pendente da recuperação dos custos incorridos com as incrustações de calcário na rede de abastecimento de água. A conclusão do Plano de Investimentos permitiu atingir uma taxa de cobertura ao nível do sistema de abastecimento de água de aproximadamente 100% e de 85% ao nível do saneamento. De realçar que a Águas de Alenquer assegura um serviço regular de limpeza de fossas sépticas domésticas, o que permite escoar para tratamento e destino final adequado os efluentes produzidos nas zonas dispersas sem rede de drenagem, garantindo assim os objetivos de serviço fixados no âmbito dos Planos Estratégicos Nacionais para o sector do ambiente.

Foi concluída a implementação do sistema SIG e a sua articulação com o Aquamatrix (sistema de gestão de clientes), otimizando assim duas importantes ferramentas operacionais.

Desde o dia 13 de outubro de 2008, a empresa é certificada em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas “NP EN ISO 9001:2000”, “OHSAS 18001/NP 4397 (2001)” e “NP EN ISO 14001:2004” certificação essa emitida pela empresa EIC. A certificação foi revalidada pela terceira vez nos três referenciais em março de 2017, demonstrando o empenho da Sociedade na manutenção da acreditação e na melhoria contínua do seu sistema integrado de gestão. Em 2018 será realizada a transição para os referenciais de 2015 das normas ISO 9001 e ISO 14001.



16 de março de 2018

Em julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do sector e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão teve a sua aplicação a partir do dia 1 de janeiro de 2012.

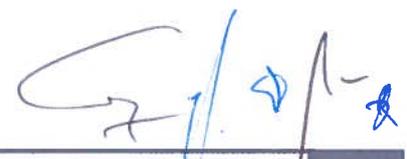
A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas. Nesse sentido, foi estabelecido um acordo de princípio entre as Partes, que mantém a pendência da reclamação administrativa apresentada em julho de 2009 no que concerne aos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e fixa um período conciliatório com vista à definição das regras tendentes à resolução completa e definitiva desta questão. Este acordo quantifica ainda a compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer.

Como contributo para a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água, a Águas de Alenquer promoveu no ano de 2013, em articulação com o Município, um estudo técnico de caracterização e avaliação das anomalias no funcionamento das redes de abastecimento de água de Alenquer e foi apresentada à Águas do Oeste uma proposta de alteração da origem de água ao reservatório de Vila Alta.

Em fevereiro de 2013 foi publicado o novo Regulamento Municipal (Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer), encerrando assim a adaptação ao D.L. 194/2009 de 20 de agosto.

Com a publicação do novo Regulamento Municipal em fevereiro de 2013 foi iniciada uma campanha de caracterização dos efluentes de origem industrial e realizadas ações de fiscalização regulares com as três entidades envolvidas: Município de Alenquer, Águas do Oeste e Águas de Alenquer, contribuindo assim para a melhoria do desempenho ambiental dos sistemas de drenagem e de tratamento, promovendo a adequação dos efluentes industriais às condições regulamentares de descarga.

A entrada em vigor do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão permitiu a melhoria dos princípios indicadores económico-financeiros da concessionária apesar da degradação do tecido empresarial local e da redução de consumos e consumidores verificada de forma generalizada. Essa degradação, a procura de soluções alternativas de abastecimento de água e a diminuição do poder de compra das famílias traduziu-se numa quebra acentuada de consumos e consumidores. Esta quebra de consumos e consumidores anulou o resultado das ações de melhoria e de monitorização implementadas e os ganhos operacionais obtidos. Tal facto traduz-se no final de 2017, e pelo quinto ano consecutivo, num desvio superior a 20% face ao contratualmente definido. Recorde-se que uma diminuição inferior ou igual a 20% dos caudais totais anuais de águas de abastecimento, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Processo de Concurso, é um evento gerador de reequilíbrio do Contrato nos termos da Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.



16 de março de 2018

16

Durante o ano de 2015 procedeu-se à regularização da transmissão de Ação detida pela AGS – Administração de Sistema de Salubridade, S.A. com a sua transmissão para a AGS – Hidurbe – Serviços Ambientais, S.A. regularizando assim o processo de compra de uma ação à Somague Ambiente, SGPS, S.A. realizado no ano de 2014.

Em maio de 2015, é publicado o Decreto-Lei n.º 94/2015 que cria o novo sistema multimunicipal, em substituição de oito sistemas multimunicipais existentes, incluindo o Sistema Multimunicipal do Oeste, e a nova entidade gestora desse sistema – a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (LVT) – que sucede nos direitos e obrigações às oito entidades gestoras anteriormente existentes, integrando assim a Águas do Oeste. O referido decreto-lei e as suas consequências, entraram em vigor a partir do dia 30 de junho de 2015, traduzindo-se em dois efeitos imediatos: alteração das tarifas e alteração da metodologia de medição de caudais para efeitos de faturação (faturação com base em caudais reais vs a anterior metodologia de faturação com base em valores mínimos garantidos).

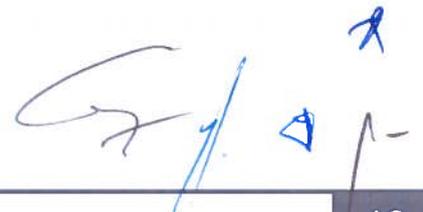
Com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi estabelecido um processo negocial com vista ao estabelecimento de um plano de pagamento viável e ao encerramento dos processos judiciais existentes entre as Partes. Nesse âmbito foi celebrado um Acordo a 30 de novembro de 2015 que estabeleceu um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida e o compromisso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo na alteração da origem de água associada ao ponto de entrega da Zona III (Alenquer III - reservatório de Vila Alta). O Acordo alcançado prevê ainda a extinção dos processos judiciais pendentes entre as Partes no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e só foi possível graças ao suporte e a um enorme esforço acionista.

Durante o ano de 2016, o XXI Governo Constitucional de Portugal anuncia a cisão do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, revertendo parcialmente a fusão dos sistemas multimunicipais concretizada em 2015. Para além do anúncio da criação de dois novos sistemas, verifica-se novamente a alteração do sistema de medição de faturação da atividade de saneamento que passa a ser realizada com base nos proveitos garantidos durante o período de convergência tarifária.

Este anúncio é concretizado com a publicação do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, que em cumprimento do Programa do Governo, cria o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em ambos os casos por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, por sua vez criado por agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo.

O agravar da situação de desequilíbrio do Contrato de Concessão, que obrigou a um novo reforço de capital acionista na sociedade em 2015 e 2016, a continuidade dos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede municipal de abastecimento de água que condicionam o regular abastecimento de água à área de influência da origem de água da Zona III (reservatório de Vila Alta) e a necessidade de regularização da compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer determinada em 2011, conduziu à apresentação junto do Município em fevereiro de 2016 de um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, com base na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.

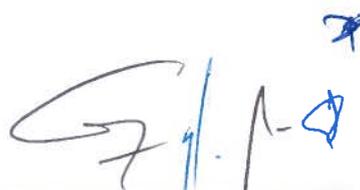
Apesar do envolvimento das Partes, e não tendo sido estabilizado o processo de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão durante o ano de 2017, a Concessionária apresentou em fevereiro de 2018 ao Município de Alenquer uma atualização do pedido de reequilíbrio, considerando os últimos dados disponíveis,

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right area of the page. The signature is stylized and appears to be 'G. J. A. P.' followed by a small mark.

3.2 Estrutura Acionista

Identificação:	AdA - Águas de Alenquer S.A.
Sede Social:	Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha/ Alenquer
Pessoa Coletiva	506 353 397
Capital Social	1.500.000 €
Inscrição na C.R.C de Alenquer n.º	02202/031023

Estrutura Acionista	Participação
Aquapor - Serviços, S.A.	39,9997%
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridades, S.A.	39,9997%
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	20,0000%
AGS - Hidurbe, Serviços Ambientais S.A.	0,0003%
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	0,0003%



3.3 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.^a Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes

Vice-presidente: Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira

Secretária: Dr.^a Susana Daniela Simões da Silva Braga

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º João Pedro Faria Feliciano

Vogais: Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira

Eng.º Altino Barbosa da Conceição

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

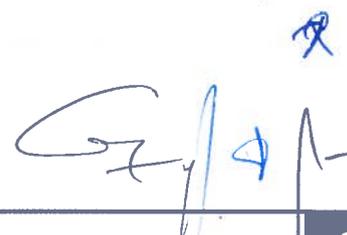
Dr. António José Martins Sousa Lucas

Fiscal Único

“Ernst & Young” Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,
representada por:

Dr. Paulo Jorge Luís da Silva

Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (Suplente)





4. Missão e Posicionamento Estratégico

[Handwritten signature]

4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

4.2 Visão

Ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3 Valores

Com uma cultura própria, os Acionistas da Águas de Alenquer têm sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos inculcar essa cultura através da assunção dos seguintes valores para as nossas empresas participadas:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

4.4 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Águas de Alenquer na comunidade Alenquerense.

Recursos Humanos:

- Otimizar a formação dos colaboradores da empresa ultrapassando as 35 horas por colaborador e por ano previstas na lei;
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.



Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Cumprir o plano de investimentos e de manutenção previsto;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Assegurar a inexistência de extravasamentos de águas residuais domésticas na rede de saneamento;
- Redução das perdas de água na rede de abastecimento.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Promover a implementação de uma nova estrutura tarifária mais adequada aos interesses dos nossos clientes;

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;

Qualidade:

- Promover a melhoria contínua;
- Manter a certificação da Qualidade, Ambiente e Segurança.

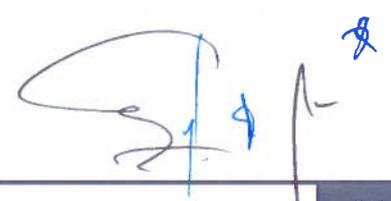




5. Síntese da Atividade 2017

16 de março de 2018

25



16 de março de 2018

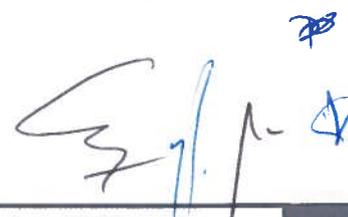
5. Síntese da atividade de 2017

5.1 Factos Relevantes

Resumem-se os factos mais relevantes ocorridos em 2017 com implicação no negócio e na situação global da empresa:

- Crescimento do número de clientes face aos anos anteriores, mantendo uma tendência de crescimento, mas significativamente inferior aos valores históricos já verificados;
- Aumento de consumo baseado fortemente nas características do ano hidrológico verificado em 2017, com especial incidência de crescimento nos consumos de rega;
- Obtenção do menor volume de perdas de água alguma vez alcançado pela concessionária, num contexto adverso;
- Problemas operacionais derivados de incrustações de calcário na rede e agravamento do número de avarias na rede;
- Renovação da Certificação ISO 9001; ISO 14001 e OHSAS 18001;
- Consolidação do Programa de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) e prossecução do Plano de Gestão de Perdas e Energia que integra eficiência hídrica e energética;
- Desenvolvimento do Programa de atualização do Plano de Segurança da Água (PSA);
- Manutenção da caracterização de efluentes de origem industrial em articulação com o Município e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Consolidação das ferramentas operacionais Monitor - monitorização de caudais em tempo real e WorkWise - gestão de ordens de serviço;
- Reforço dos sistemas de vigilância e monitorização da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais através de um maior número de ponto de controlo da rede por via do sistema de telegestão e telealarmes integrados no Monitor;
- Entrada em funcionamento em novembro da nova estação elevatória de águas residuais – EEAR da Trombeta, integrada no Loteamento Industrial de Casais Novos. Apesar do início de exploração da EEAR da Trombeta pela Águas de Alenquer a pedido do Município de Alenquer, esta infraestrutura não foi ainda consignada no âmbito do Contrato de Concessão;
- Início da aquisição de água aos SMAS de Vila Franca de Xira, a partir de setembro de 2017, por desativação da Toma de água da Termoelétrica da EPAL, cujo sistema adutor se encontrava com evidentes problemas infraestruturais;
- Instalação de telemetria nos principais grandes clientes.

Com influência na atividade da empresa é ainda de destacar a reestruturação do sector através da cisão do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, originando o Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo (abastecimento de água ao Município de Alenquer) e o Sistema Multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste (saneamento de águas residuais ao Município de Alenquer).



5.2 Envolvente Exterior

5.2.1 Enquadramento Macroeconómico

Geral

Em 2017, a economia portuguesa cresceu mais que o conjunto dos países da região do euro, o que já não acontecia desde 1999. Sendo os principais motores de crescimento, as exportações, o consumo das famílias e o investimento.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos e continuam negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.013 p.p e 0.042 p.p. respetivamente.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2015	2016	2017
Euribor 1M	-0,23%	-0,37%	-0,37%
Euribor 3M	-0,13%	-0,32%	-0,33%
Euribor 6M	-0,04%	-0,22%	-0,26%
Euribor 12M	0,06%	-0,08%	-0,15%

O preço do petróleo apresentou um crescimento superior a 20% face ao ano anterior, interrompendo a tendência descendente observada no período 2013-2016.

O preço do petróleo em média em 2017 situou-se em 55,26 Euros/Barril.

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

Portugal

Em 2017, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 1.4%, o que representa um aumento de 0.8p.p face aos valores de 2016.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 1.6%, (aumento de 1.0p.p. face ao ano de 2016).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	2015	2016	2017
PIB	1,6%	1,4%	2,7%
IPC	0,5%	0,6%	1,4%
IHPC	0,5%	0,8%	1,6%
Desemprego	12,4%	11,1%	8,9%
Consumo Privado	2,6%	2,1%	2,2%
Consumo Público	0,8%	1,0%	0,1%
Exportações	6,1%	3,7%	7,7%
Importações	8,2%	3,5%	7,5%

Fonte: Banco de Portugal e INE (dez. 2017)



A taxa média de desemprego em 2017 ascendeu a 8.9%, menos 2.2p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2015	2016	2017
Média Tensão	161	165	167
Baixa Tensão Especial	175	180	182
Baixa Tensão Normal	146	150	152

Fonte: ERSE

Em 2017, o PIB registou um aumento de 2,7%, continuando a economia portuguesa a apresentar um perfil de crescimento já iniciado em 2013. Para esta evolução contribuiu o aumento do investimento e das exportações de bens e serviços, com destaque para o setor do turismo e do consumo privado, pela recuperação do mercado de trabalho, com um crescimento do emprego.

A tendência favorável da procura externa dirigida à economia portuguesa; a esperada manutenção das taxas de juro em níveis muito reduzidos, embora em ascensão; preços do petróleo acima de mínimos recentes, mas com evolução que se espera contida, sustentará o maior dinamismo da economia portuguesa projetado para os próximos anos.

5.2.2 Enquadramento do Setor 2017

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

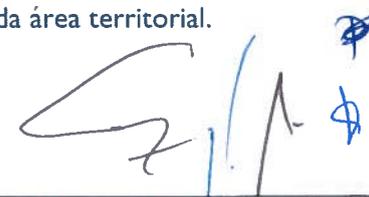
Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 432 entidades gestoras, das quais 269 com atividade de abastecimento público de água, em “alta” e “baixa”, excluindo-se cerca de 61 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 266 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 279 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2017), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.



Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento
Concessões Multimunicipais	5	5
Concessões Municipais	1	2
Delegações estatais	1	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-
Associações de Municípios	-	1
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-
Serviços Municipais	1	-
TOTAL	11	9

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Na vertente da "baixa", existem em Portugal, 319 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em "baixa", os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes e 183 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em "baixa", os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento
Concessões Multimunicipais	1	-
Concessões Municipais	28	23
Delegações estatais	1	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23
Juntas de Freguesia/ Associação de utilizadores	61	-
Associações de Municípios	-	-
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	18
Serviços Municipais	183	191
TOTAL	319	257

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

No que se refere à acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em "baixa", de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2017), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental

Serviço em baixa (para 99% das entidades)

Área predominantemente urbana	100%
Área mediantemente urbana	95%
Área predominantemente rural	92%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Saneamento de águas residuais em Portugal continental

Serviço em baixa (para 89% das entidades)

Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	80%
Área predominantemente rural	70%

Quanto a água não faturada, segundo o RASARP 2017, a média continental foi de 29,76%.

5.2.3 Enquadramento Comercial

Cientes de água e saneamento

Em 2017 acentuou-se a recuperação do número de clientes face à redução verificada desde 2011.

A redução do número de clientes teve a sua maior expressão em 2012, tendo a Concessão nesta data um número de clientes equivalente aos existentes no final de 2012 (22.043 vs. 21.903 utilizadores).



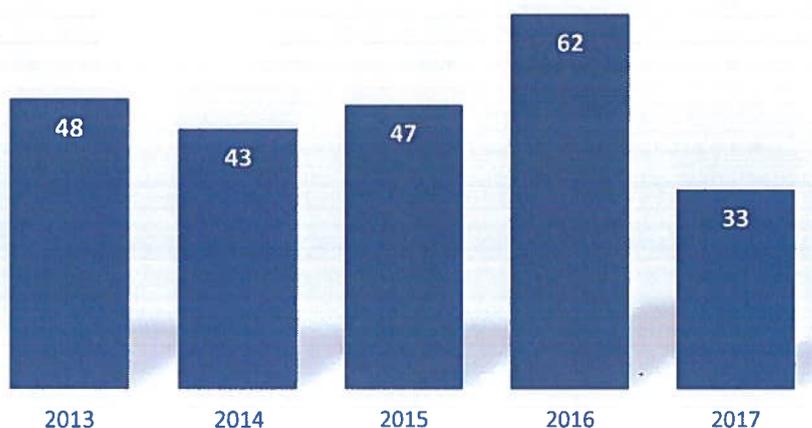
Para essa redução do número de cliente

terá contribuído a evolução tarifária implementada em 2012, a variação da conta de terceiros na designada fatura da água, com destaque para o peso relativo dos resíduos urbanos, a situação socioeconómica do país e do Município, com o conseqüente aumento do desemprego e a redução do poder de compra das famílias, o regresso ao país de origem de alguma comunidade emigrante residente no concelho de Alenquer e a saída de população residente. 2017 confirmou a retoma do mercado imobiliário com um acentuado aumento do número de cliente. As variações verificadas não alteraram a distribuição relativa do número de clientes por freguesia: aproximadamente 57% dos clientes nos centros urbanos de Alenquer e Carregado, e os restantes clientes distribuídos pelas freguesias não urbanas. Continua a verificar-se a tendência de redução do peso relativo dos clientes industriais relativamente aos clientes domésticos, resultante da alteração do tecido empresarial no Município e da procura de origens alternativas para utilização industrial.

O gráfico anterior apresenta a evolução anual do número de cliente de água e de saneamento, sendo de realçar que apesar da diminuição de clientes o peso relativo dos clientes de saneamento mantém-se estável (85%).

No seguimento da melhoria contínua dos procedimentos internos da empresa, manteve-se a tendência de redução do prazo médio de resposta a reclamações (1 dia útil de resposta). Relativamente a 2016 registaram-se menos 29 reclamações, atingindo-se valores mínimos históricos. Refira-se ainda que das 33 reclamações rececionadas nos serviços da Águas de Alenquer, cerca de 73% foram consideradas indeferidas.

Registo de Reclamações



No quadro seguinte são apresentados alguns valores que caracterizam a atividade no período 2015-2017, com uma tendência de subida do consumo médio mensal fortemente impulsionada pelos consumos de rega e industriais. Apesar das características extraordinárias do ano hidrológico não se verificou uma subida significativa dos consumos domésticos.

Indicadores Gestão de Clientes – Água	2015	2016	2017
Consumo Médio Mensal - (m ³ /cliente/mês)	8,49	8,69	9,19
Factura Média Mensal - (€)	27,76	28,56	29,62
Novos Contratos - (un.)	273	229	432
Baixas de Contratos - (un.)	260	141	188
Cortes Efetuados Média Mensal - (un.)	97	81	109

De salientar a função do sítio da Águas de Alenquer como veículo fundamental de comunicação com os Utilizadores, bem como a aplicação myAqua, e a Loja Cliente. As campanhas de promoção de adesão à fatura eletrónica tornaram expressiva esta forma de expedição da faturação emitida.

5.2.4 Enquadramento Interno do Setor

Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Durante o ano de 2017, o volume de água entrada no sistema de distribuição foi de $3,19 \times 10^6 \text{ m}^3$, superior ao volume entrado em 2016 ($65 \times 10^3 \text{ m}^3$). Do volume entrado no sistema $3,08 \times 10^6 \text{ m}^3$ foram adquiridos à Águas do Vale do Tejo e os restantes $104 \times 10^3 \text{ m}^3$ produzidos em captações municipais “em baixa” em exploração pela Águas de Alenquer ou adquiridos ao Concelho de Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira.

O volume de água faturado em 2017 foi de aproximadamente $2,38 \times 10^6 \text{ m}^3$, o que representou um crescimento dos consumos de aproximadamente 7,3% face a 2016 muito sustentado nas características do ano hidrológico extremamente seco. Na distribuição por tipo de consumidor, os consumidores domésticos continuam a ter a maior representatividade: 64% do volume faturado. Nos consumidores não-domésticos, a Autarquia representa cerca de 23%, o comércio 36% e a indústria 48%. O remanescente é repartido pelos restantes consumidores não-domésticos. De salientar o aparecimento em 2012 das tarifas sociais que englobam o tarifário doméstico para famílias numerosas e o tarifário doméstico para famílias de baixos rendimentos, que representaram no seu conjunto 1,4% dos consumos verificados.

O investimento alocado ao sistema de abastecimento de água para a monitorização e controlo dos caudais que circulam no sistema e a manutenção das práticas de pesquisa ativa de fugas e redução de perdas de água, permitiu em 2017 continuar com a melhoria do rendimento do sistema (76,6% em 2017 vs 73,5% em 2016 e 71,0% em 2015), correspondendo a uma redução do volume de água perdido de $165 \times 10^3 \text{ m}^3$ face a 2015, atingindo-se novamente em 2017 o valor mínimo de água perdida no sistema. Para este efeito contribuiu igualmente o aumento das vendas que impulsionou os ganhos no rendimento do sistema. Em sentido inverso, a falta de renovação da rede de abastecimento de água envelhecida, de acordo com o Índice de Valor da Infraestrutura (IVI), e que carece de investimentos significativos de reabilitação não previstos. Às características físicas do sistema acrescem os fortes constrangimentos provocados pelas incrustações de calcário existentes da rede de abastecimento de água, que em 2017 foram particularmente graves em Atalaia (Ventosa), Venda-Nova, Gatária e Santana da Carnota. Continuam por substituir as condutas na linha Gatária / Pereiro de Palhacana fortemente condicionadas desde o Verão de 2013.

No ano de 2016 foi integralmente cumprido o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, tendo sido realizadas 1.885 determinações a parâmetros de qualidade da água, de acordo com o programa de colheitas estabelecido. Todas as análises foram efetuadas em laboratório acreditado, tendo-se verificado duas violações aos valores paramétricos.

O sistema de abastecimento de água em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 678 km de condutas do sistema de abastecimento de água, 62 reservatórios, com uma capacidade acumulada de $18 \times 10^3 \text{ m}^3$ e 41 instalações elevatórias (44 estações elevatórias / centrais hidropressoras).

Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes

Durante o ano de 2017 o volume de água residual faturado pela Águas de Alenquer foi de $1,74 \times 10^6 \text{ m}^3$, sendo o volume registado à entrada das instalações de tratamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo / Águas do Tejo-Atlântico de $2,02 \times 10^6 \text{ m}^3$. A diferença nos caudais faturados e registados é devida às aflúncias indevidas ao sistema, influenciadas pelas características do ano hidrológico e pelos níveis freáticos elevados nos períodos de precipitação prolongada. O melhor desempenho do sistema em 2017 foi apenas influenciado pelas características do ano hidrológico que se traduziram num ano extremamente seco.

Para minimizar as aflúncias indevidas nas redes prediais e melhorar o desempenho do Sistema, mantiveram-se em articulação com o Município as campanhas de identificação de pontos de entrada de águas pluviais na rede de drenagem de águas residuais domésticas e as campanhas de caracterização e monitorização de efluentes.

A faturação da Águas do Tejo-Atlântico, foi realizada com base nos caudais associados aos rendimentos garantidos previstos para o Município de Alenquer no EVEF do sistema multimunicipal para o período de convergência tarifária.

O sistema de saneamento em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 414 km de coletores e condutas elevatórias e 12 estações elevatórias de águas residuais. Em novembro de 2017 entrou funcionamento uma nova estação elevatória de águas residuais – EEAR da Trombeta.

Trabalhos de Manutenção

Para além das atividades programadas de manutenção da rede de abastecimento de água, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias e órgãos acessórios da rede, foram realizadas 365 intervenções de reparação de condutas, 292 reparações de ramais domiciliários e 326 reparações em acessórios de contadores e olhos-de-boi, registando-se um agravamento do número de avarias face ao ano de 2016. No ano 2017 foram ainda renovados integralmente 50 ramais de água em resultado da reparação de roturas e da pesquisa ativa de fugas. Todos os trabalhos foram realizados com meios próprios, sustentando assim a aposta de internalização iniciada em 2010. De salientar ainda a campanha permanente de substituição de contadores, fortemente ampliada pelos problemas de calcário, garante uma idade média do parque de contadores de 4,5 anos, maximizada pela forte campanha de substituição de contadores iniciada em 2015.

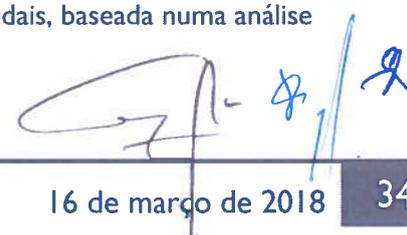
No sector de saneamento procedeu-se à limpeza preventiva de 185 km de coletores de saneamento, procurando assim minorar as avarias no sistema. Realizaram-se durante o ano de 2017 69 desobstruções na rede de coletores e 29 desobstruções em ramais domiciliários.

Foi efetuado o despejo de 101 fossas sépticas tendo sido recolhidos aproximadamente 624 m³ de águas residuais nessa operação.

Outras Atividades

Ao longo do ano de 2017 deram entrada e foram objeto de parecer técnico 51 projetos de redes prediais (abastecimento de água e de drenagem de águas residuais), perspetivando alguma retoma da atividade de construção no Município. Foram efetuados 57 orçamentos para ramais de água e 14 orçamentos para ramais de saneamento, com uma taxa de execução de 79% na água e de aproximadamente 79% no saneamento. As restrições impostas pelo Regulamento Municipal de trabalhos na via pública, com novas regras na reposição de pavimentos, continuam a ter reflexo na realização de novos ramais devido o impacto no custo final do ramal para o Utilizador.

Durante o ano de 2017 foi realizada a limpeza, desinfecção e higienização de todos os reservatórios em exploração. Foram criadas sete novas zonas de controlo de pressão, duas novas zonas de controlo caudal e, instalado equipamento de telecontrolo/telegestão em mais catorze pontos de medição e controlo existentes com vista à melhoria operacional da rede. Em paralelo foram incrementadas as ferramentas funcionais com o suporte acionista: i) Monitor: Ferramenta de controlo de caudais, baseada numa análise



de métodos estatísticos, que produz e monitoriza perfis e padrões de consumo em zonas de medição e controlo. Esta monitorização (em contínuo) é suportada pela base de dados da telegestão, que leva à deteção automática de fugas de água, rebentamento de condutas ou avarias dos contadores; ii) Workwise: Ferramenta de gestão de ordens de serviço e portabilidade das mesmas.

Quanto a matérias ambientais, é de referir sete descargas de águas residuais por avaria, todas comunicadas à APA – Agência Portuguesa de Ambiente / ARH Tejo (Administração da Região Hidrográfica do Tejo) no integral cumprimento da legislação aplicável, tendo sido tomadas medidas operacionais com carácter de emergência para reposição do serviço de drenagem.

De destacar que a Águas de Alenquer através dos sistemas de micro geração de energia elétrica instalados nas suas instalações evitou a emissão de aproximadamente de 12,02 tn de CO₂, compensando em cerca de 95% as necessidades energéticas das instalações operacionais (loja e armazém). De referir que anualmente a AdA procura compensar a totalidade da energia consumida nas suas instalações com as 8 unidades de microgeração fotovoltaica instaladas.

Em termos de Investigação e Desenvolvimento será de destacar a participação nos projetos corporativos com vista à manutenção de um Sistema de Gestão de Patrimonial de infraestruturas de acordo com o Grupo de Trabalho ERSAR/LNEC, a participação na Iniciativa PGPE (Plano de Gestão de Perdas e Energia) promovido pelo LNEC em parceria com o IST, Addition, Lda. e ITA (Universidade Politécnica de Valência, Espanha), ambos sob a orientação da AGS, e a implementação de um Plano de Gestão de Caudais Indevidos, sob a orientação da Aquapor, concluído no 2º semestre de 2016 e arranque do Projeto PSA II (Plano de Segurança da Água), também com a orientação da Aquapor.

5.2.5 Regulação

Em março de 2017 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer o relatório anual de exploração e gestão, referente ao ano de 2016, e em setembro foi apresentado o relatório semestral relativo à atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2017, dando assim cumprimento ao estipulado nas cláusulas 82ª e 83ª do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2017 manteve-se o relacionamento positivo com a Câmara Municipal de Alenquer, tendo a Concedente promovido diversas ações de acompanhamento da atividade comercial e operacional, das quais resultaram sugestões de melhoria acolhidas e implementadas. Neste âmbito, salienta-se a realização de reuniões mensais de acompanhamento entre a Administração da empresa e o Diretor Municipal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Concessão.

A Comissão de Acompanhamento da Concessão, constituída em junho de 2014 nos termos do Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, reuniu trimestralmente durante o ano de 2017.

O tarifário praticado foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 7 de março de 2016, tendo obtido parecer prévio favorável por parte da Entidade Reguladora através do Ofício N.º O-001448/2016 de 26 de fevereiro de 2016, e é apresentado nos quadros seguintes, sendo aplicável IVA à taxa de 6% para os serviços de água e saneamento e de 23% para outros serviços.



TARIFAS (base 30 dias)		Tarifas por Outros Serviços	
Descrição			
Tarifa Fixa de Abastecimento: (€)	2017	Abastecimento de Água: (€)	2017
Domésticos	5,8542	Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	100,3739
Não Domésticos		Ligação à rede de distribuição de água	58,8758
Até 20 mm	5,9798	Tarifa de aferição de contador se solicitada	100,3739
20 mm a 30 mm	7,0671	Restabelecimento de ligação de água	53,5356
30 mm a 50 mm	27,1810	Verificação extraordinária de contadores	26,7679
50 mm a 100 mm	54,3620	Saneamento: (€)	2016
mais de 100 mm	97,8515	Ligação Habitação (por fogo e anexos)	31,5519
Tarifa Social e Familiar	0,0000	Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	77,1729
Tarifas de Venda de Água: (€/m3)		Desobstrução (por cada hora ou fracção)	87,9621
Domésticos	2016	Limpeza de fossas (por cada carga de 3 m3)	95,9696
1º Escalão (0 a 5 m3 / 30 dias)	0,6308	Gerais: (€)	2016
2º Escalão (6 a 15 m3 / 30 dias)	1,2473	Pedido de informação sobre o sistema público	16,3086
3º Escalão (16 a 25 m3 / 30 dias)	2,0206	Pedido de Orçamento	27,1810
4º Escalão (mais de 25 m3 / 30 dias)	3,1695	Taxa de deslocação	26,4308
Tarifa Familiar	2016	Análise de projectos	166,0912
Base tarifária dos utilizadores domésticos com alargamento dos escalões de 3 m ³ por cada descendente além do 2.º filho		Outros serviços não especificados*	20%
Tarifa Social	2016	Ramais Domiciliários**	
1º Escalão (0 a 5 m3 / 30 dias)	0,0000	Abastecimento de Água: (€)	
2º Escalão (6 a 15 m3 / 30 dias)	0,6308	Valor Fixo (€):	2016
3º Escalão (16 a 25 m3 / 30 dias)	2,0206	até 1"	435,5914
4º Escalão (mais de 25 m3 / 30 dias)	3,1695	1 1/4"	446,3118
Não Domésticos	2016	1 1/2"	621,8792
Escalão Único	2,0206	2"	694,3655
Autarquia e Juntas de Freguesia	2016	maior que 2"	861,8003
Escalão Único	1,2473	Valor Variável (€/metro)	2016
Tarifa Fixa de Saneamento: (€)	100% Tarifa Fixa de Abastecimento	até 1"	68,0829
Tarifa Variável de Saneamento: (€/m3)	90% Tarifa de venda de Água	1 1/4"	68,7462
		1 1/2"	68,7462
		2"	69,6921
		maior que 2"	69,6921
		Saneamento: (€)	
		Valor Fixo (€):	2016
		até 140mm	911,3894
		maior que 140mm	965,0012
		Valor Variável (€/metro)	2016
		até 140mm	92,4806
		maior que 140mm	99,1780

* Outros Serviços não Especificados: 20% sobre o valor de orçamento

** Ramais: Gratuito para a 1.ª ligação de Utilizadores Domésticos com disponibilidade de serviço até 20 metros

Durante o mês de setembro foi submetido à Entidade Reguladora o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2018, tendo merecido a sua aprovação em "alta" e em "baixa". O Plano aprovado para o ano de 2017 foi cumprido na íntegra, com duas violações de valores paramétricos (incumprimentos) num total de 1.885 determinações.

Em 2017 a Águas de Alenquer foi auditada pela Entidade Reguladora - ERSAR - no âmbito do sistema de avaliação de desempenho promovido por esta entidade.

5.3 Estrutura Organizacional

5.3.1 Organograma

O organograma da Águas de Alenquer apresenta a seguinte estrutura:



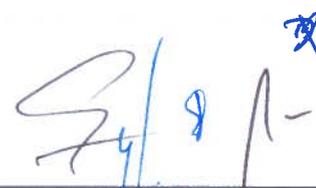
[Assinatura manuscrita]

5.3.2 Formação

Em termos de carga horária verificou-se uma média de 39 horas de formação por colaborador

Formação 2017	N.º de Horas
Aquasis - Inovação na gestão de sistemas de abastecimento de abastecimento de água e saneamento	16
Avaliação da Qualidade dos Serviços AA & AR	7
Certificado de Aptidão para Motorista (CAM)	140
Carta de Manobrador - Movimentação de terras	24
Carta de Pesados - Categoria C	80
Carta de Pesados - Categoria C + E	20
Controlo de Gestão	32
Eficiência Energética no Setor da Águas	26
e-GAR: Guias Eletrónicas de Resíduos	4
ENEG 2017 - "As oportunidades no Setor da Água, os grandes desafios atuais e as alterações climáticas"	40
Equipamento inspeção tubagens	3
Formação Contínua de Motorista de Veículos Pesados	35
Manuseamento de Extintores (teórica + prática)	18
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	50
Orçamento de Estado para 2017 - PWC/Aquapor	3
Orçamento de Estado para 2018 - PWC/Universidade Católica	6
Passaporte de Segurança	56
PGPE - Plano de Gestão de Perdas e Energia - Fase 2	51
Plano de Segurança da água	12
Reciclagem de Passaporte de Segurança	28
Redução de Perdas Reais	3
Renovação de Formação de Retroescavadoras	32
Resultados 2016/2017 / Objetivos 2017	36
Seminário Eficiência Energética	16
Sessão de esclarecimento e-GAR	3
Técnico superior de segurança ambiente e qualidade	450
Tektónica	8

1.198



16 de março de 2018

38

5.3.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Águas de Alenquer é composto por 31 colaboradores, dos quais 2 em regime de requisição à CMA e 1 em regime de prestação de serviço.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 8 anos. A estrutura dos colaboradores da Empresa é distribuída da seguinte forma: homens 74% e mulheres 26%, com distribuição por faixa etária apresentada na tabela anterior.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, sendo de destacar que 68% dos colaboradores da empresa possui o 12º ano de escolaridade ou superior.

Faixa Etária	N.º de Colaboradores		
	2015	2016	2017
20 - 24	0	0	0
25 - 29	5	4	3
30 - 34	11	9	7
35 - 39	2	5	8
40 - 44	7	5	4
45 - 49	1	4	5
50 - 54	2	3	3
mais de 55	2	1	1
Total	30	31	31

Habilitações Literárias	N.º de Colaboradores		
	2015	2016	2017
Ensino Superior	6	6	5
Bacharelato	1	1	1
12.º Ano	13	14	15
10.º Ano	2	2	2
Ensino Básico	8	8	8
Total	30	31	31

Descrição	N.º médio de pessoas	2017		2016		2015	
		N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	
Pessoal ao serviço da empresa	31	52.176	31	49.904	30	52.664	
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	30	52.176	30	49.904	29	52.664	
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa	0	0	0	0	0	0	
Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário	30	0	30	0	29	0	
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	30	0	30	0	29	0	
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	30	0	30	0	29	0	
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0	
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0	
Pessoal ao serviço da empresa por sexo	30	52.176	30	49.904	29	52.664	
Homens	22	37.581	22	38.744	22	40.200	
Mulheres	8	14.595	8	11.160	7	12.464	
Pessoal ao serviço da empresa das quais	1	1.680	1	1.632	1	1.704	
Pessoal ao serviço da empresa afetas à Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	
Prestadores de serviço	1	1.680	1	1.632	1	1.704	
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0	0	0	

No ano de 2017 registaram-se três acidentes de trabalho.



16 de março de 2018

5.3.4 Regras Societárias

O Conselho de Administração reúne regularmente com uma periodicidade mínima trimestral para deliberar sobre assuntos de interesse para a Águas de Alenquer. Para obrigar a sociedade, em qualquer ato administrativo, é necessária a assinatura conjunta de dois Administradores, à exceção de algumas funções devidamente delegadas por via de procuração.

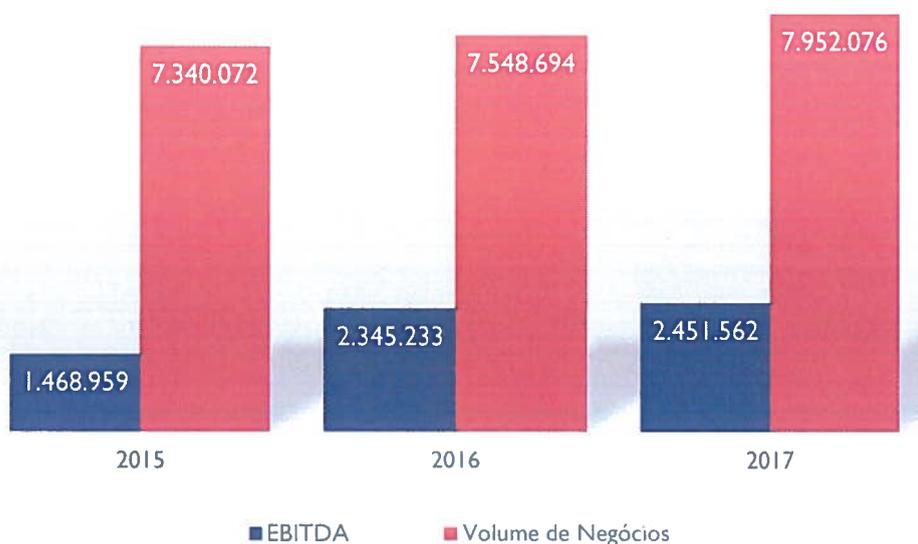
Foram conferidas funções executivas a um dos administradores, através de procuração, com poderes de gestão corrente, *plafonds* de aprovação de investimento e despesa e de celebração de contratos com terceiros até determinados limites.

A administração executiva realiza reuniões internas semanais com os diretores da empresa para complementar a gestão da empresa. Os diretores reúnem periodicamente com os seus colaboradores.

5.4 Desempenho da Empresa

No ano 2017 verificou-se um aumento do EBITDA de 106.330 € (4.5%) para o qual contribuiu fortemente o aumento do volume de água faturado e a redução do volume de água perdido, o Volume de Negócios registou um aumento de 403.382 Euros (5,3%), resultante do aumento das captações verificado ao longo de 2017.

Varição EBITDA / Volume de Negócios



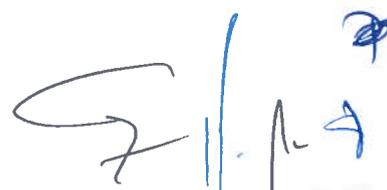
	2015	2016	2017	Var. 16/17
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo Líquido	23.617.199	23.450.861	23.123.018	-1,4%
Capitais Próprios	4.680.012	6.746.597	7.895.997	17,0%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	-
Passivo Remunerado	5.168.147	2.707.135	1.477.371	-45,4%
<i>Divida Líquida (1)</i>	<i>0,52</i>	<i>0,29</i>	<i>0,16</i>	<i>-</i>
<i>Estrutura Financeira (2)</i>	<i>1,10</i>	<i>0,40</i>	<i>0,19</i>	<i>-</i>
<i>Autonomia Financeira (3)</i>	<i>19,82%</i>	<i>28,77%</i>	<i>34,15%</i>	<i>-</i>
Rendimentos Operacionais	7.733.384	8.113.559	8.497.220	4,7%
EBITDA	1.468.959	2.345.233	2.451.562	4,5%
<i>Margem EBITDA (4)</i>	<i>19,00%</i>	<i>28,91%</i>	<i>28,85%</i>	<i>-0,2%</i>
<i>Margem EBIT</i>	<i>8,93%</i>	<i>19,21%</i>	<i>18,97%</i>	<i>-1,3%</i>
Resultado Financeiro	-1.271.599	-195.670	-107.326	-45,1%
Resultado Líquido	-404.951	1.034.439	1.150.158	11,19%

(1) - D/(D+E)

(2) - D/E

(3) - Capitais Próprios/ Ativo Líquido Total

(4) - EBITDA/ Rendimentos Operacionais



5.5 Análise Económico Financeira

5.5.1 Análise de Gastos e Rendimentos

Gastos Operacionais

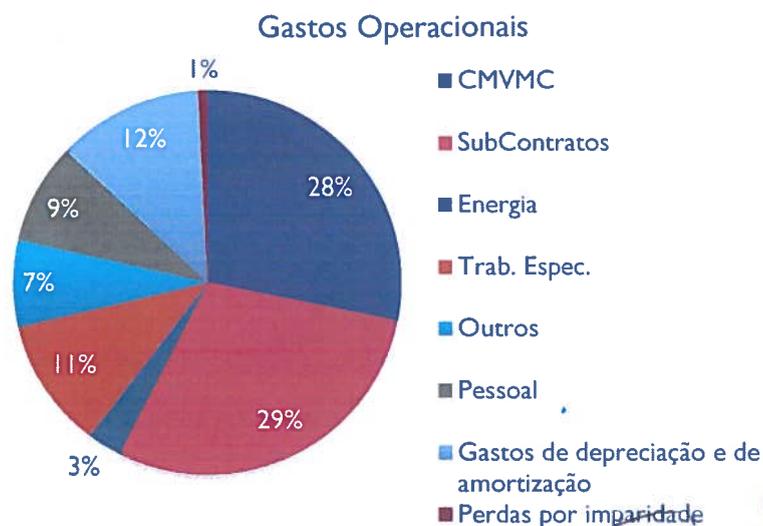
Os Gastos Operacionais antes de amortizações ascenderam a 5.993.517 Euros, representando um decréscimo de 7,6% face ao período homólogo.

No global, verificou-se um aumento de Gastos Operacionais no valor de 330.645 Euros, um acréscimo de 5,0% face ao ano anterior.

Este acréscimo é justificado pela alteração do método de faturação da Entidade Gestora em Alta para os serviços de Tratamento de Efluentes (Rendimentos Tarifários garantidos).

Gastos Operacionais	2015 euros	2016 euros	2017 euros	Peso %	Var. 16/17 %
CMVMC	1.996.221	1.918.548	1.940.381	28,2%	1,1%
Subcontratos	1.897.634	1.665.307	2.022.645	29,4%	21,5%
Energia	188.304	173.409	195.411	2,8%	12,7%
Trabalhos Especializados	730.853	776.718	748.978	10,9%	-3,6%
Outros	782.957	471.045	503.349	7,3%	6,9%
Pessoal	592.767	566.728	582.754	8,5%	2,8%
Subtotal	6.188.736	5.571.756	5.993.517	87,0%	7,6%
Gastos de depreciação e de amortização	778.319	786.708	840.022	12,2%	6,8%
Perdas por imparidade	75.689	196.571	52.141	0,8%	-73,5%
Total	7.042.745	6.555.034	6.885.679	100,0%	5,0%

O peso relativo dos Gastos Operacionais é detalhado no gráfico seguinte, sendo de destacar o peso relativo da compra de água e tratamento de efluentes decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha celebrados entre o Município de Alenquer e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo / Águas do Tejo Atlântico, representa 51% dos Gastos Operacionais antes de Depreciações, Amortizações e Ajustamentos.



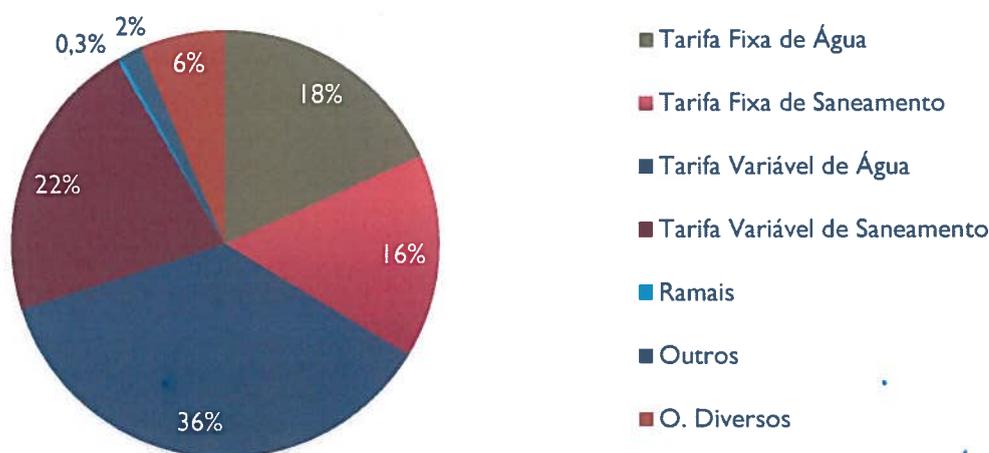
Rendimentos Operacionais

Durante o exercício de 2017, os Rendimentos Operacionais totais ascenderam a 8.497.220 Euros, representando um acréscimo de 383.661 Euros em relação ao valor registado no final do ano anterior.

No ano 2017 verificou-se um aumento do Volume de Negócios de 403.382 Euros (5,3%), resultante do aumento das captações verificado no decorrer do ano, influenciadas pelas características do ano hidrológico.

Rendimentos Operacionais	2015 Euros	2016 Euros	2017 Euros	Peso %	Var. 16/17 %
Tarifa Fixa	2.844.719	2.853.739	2.865.428	33,7%	0,4%
Tarifa Fixa de Água	1.542.391	1.547.398	1.552.761	18,3%	0,3%
Tarifa Fixa de Saneamento	1.302.329	1.306.341	1.312.668	15,4%	0,5%
Tarifa Volumétrica	4.341.468	4.570.021	4.919.275	57,9%	7,6%
Tarifa Variável de Água	2.677.414	2.830.416	3.084.996	36,3%	9,0%
Tarifa Variável de Saneamento	1.664.054	1.739.606	1.834.279	21,6%	5,4%
Outros serviços	153.884	124.933	167.372	2,0%	34,0%
Ramais	28.090	13.004	25.531	0,3%	96,3%
Outros	125.794	111.929	141.842	1,7%	26,7%
O. Diversos	393.312	564.866	545.144	6,4%	-3,5%
Total	7.733.384	8.113.559	8.497.220	100,0%	4,7%

Rendimentos Operacionais



5.5.2 Análise do Balanço

	2015	2016	2017	Var. 16/17
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo				
Ativo não corrente	17.607.839	16.836.130	16.240.761	-4%
Ativo corrente	6.009.360	6.614.731	6.882.257	4%
Inventários	73.543	84.612	106.353	26%
Divida de Terceiros	4.110.234	4.053.085	4.116.511	2%
Diferimentos	15.411	18.705	15.515	-17%
Caixa e depósitos bancários	1.810.172	2.458.329	2.643.878	8%
Total	23.617.199	23.450.861	23.123.018	-1%
Capital Próprio	4.680.012	6.746.597	7.895.997	17%
Passivo	18.937.187	16.704.265	15.227.020	-9%
Passivo não corrente	6.018.966	4.589.272	3.197.681	-30%
Passivo corrente	12.918.222	12.114.993	12.029.339	-1%
Total	23.617.199	23.450.861	23.123.018	-1%

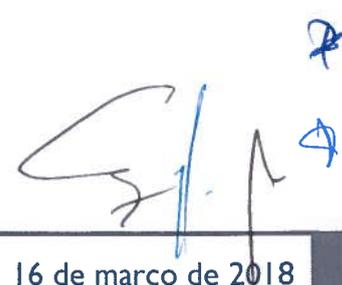
O Ativo líquido da concessão atingiu no final do exercício de 2017 os 23.123.018 Euros. O Passivo total registou um decréscimo de 9% atingindo os 15.227.020 Euros, o Passivo Não Corrente registou uma diminuição de 30%, efeito da redução do financiamento bancário a médio longo prazo, amortização de capital no valor de 1.230.000 Euros em 2017. Por outro lado, os Capitais Próprios aumentaram 17% atingindo 7.895.997 Euros efeito do resultado líquido do exercício.

5.5.3 Indicadores Económico-Financeiros

	2015	2016	2017	Var. 16/17
	Euros	Euros	Euros	%
Ativos fixos tangíveis	212.506	264.224	317.564	20%
Ativos Intangíveis	17.150.728	16.527.425	15.884.287	-4%
Ativos por impostos diferidos	244.375	44.871	38.910	-13%

	2015	2016	2017	Var. 16/17
	Euros	Euros	Euros	%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0%
Prestações Acessórias	2.929.135	3.948.558	3.948.558	0%
Suprimentos	175.000	175.000	175.000	0%
Financiamento Bancário CP	1.230.000	1.230.000	1.230.000	0%
Financiamento Bancário MLP	2.460.000	1.230.000	0	-100%
Total	8.294.135	8.083.558	6.853.558	-15%
Caixa e depósitos bancários	1.810.172	2.458.329	2.643.878	8%
Divida Líquida	6.483.964	5.625.229	4.209.680	-25%

Financeiro	2015	2016	2017	Var. 16/17
	Euros	Euros	Euros	%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0%
Ativo Líquido	23.617.199	23.450.861	23.123.018	-1%
Ativos por impostos diferidos	244.375	44.871	38.910	-13%
Volume de Negócios (€)	7.340.072	7.548.694	7.952.076	5%
Volume de Negócios / Cliente (€)	340	349	363	4%
Resultado Antes de Impostos (€)	-580.960	1.362.855	1.504.215	-10%
Resultado Líquido do Exercício (€)	-404.951	1.034.439	1.150.158	-11%
EBITDA (€)	1.468.959	2.345.233	2.451.562	5%



Rácios		2015	2016	2017
Rácios de Rentabilidade	Rentabilidade dos Capitais próprios	-0,087	0,153	0,146
	Rentabilidade das Vendas	-0,055	0,137	0,145
	Rentabilidade do Ativo	0,029	0,066	0,070
Rácios de endividamento	Rácios de endividamento	0,457	0,286	0,158
Rácios de Estrutura	Autonomia Financeira	0,198	0,288	0,341
	Solvabilidade	0,247	0,404	0,519
	Estrutura de Capitais	4,046	2,476	1,928
Rácios de Liquidez	Liquidez geral	0,465	0,546	0,572
	Liquidez reduzida	0,458	0,537	0,562
	Liquidez imediata	0,140	0,203	0,220

5.5.4 Principais Investimentos

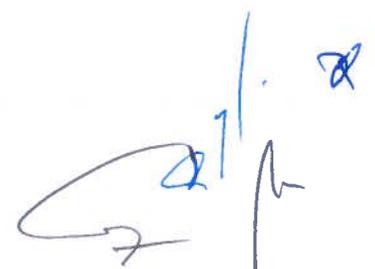
No final de 2008, a Águas de Alenquer terminou a execução física do Plano de Investimentos referente à rede de drenagem de águas residuais, com a execução de 82,26 km de coletores, 5 estações elevatórias de águas residuais, 2.202 ramais e 6 novos reservatórios de água. Em 2013 foi executado o sistema elevatório de águas residuais do Fiandal para garantir uma solução alternativa ao sistema gravítico projetado inicialmente e interrompido por falta de disponibilização de terrenos, concluindo assim integralmente o Plano de Investimentos referente às obras de saneamento.

Em 2017 a Águas de Alenquer investiu 250.194 Euros relativos às seguintes infraestruturas e equipamentos:

- Execução de sete novas zonas de medição de caudal e/ou estabilização de pressão;
- Instalação de equipamentos de telecontrolo para monitorização em contínuo e emissão de alarmes em 5 EEAA e 12 ZMC com integração no software Monitor;
- Instalação de equipamentos de telealarمة para monitorização da rede em 5 instalações existentes;
- Remodelações diversas na rede de abastecimento de água, incluindo a substituição de rede;

- Conservação e pintura exterior de 7 instalações (reservatórios e EEAA), incluindo a reabilitação interior da câmara de aspiração da EEAA de Cheganças;
- Remodelação e beneficiação de estações elevatórias de água, com destaque para a remodelação de equipamento nas EEAA de Cheganças, Vale Figueiras e Pedrogão e no reservatório de Abrigada;
- Melhoria das condições de abastecimento de água à povoação de Casais da Pedreira;
- Renovação do Parque de Contadores, com a substituição de 5.443 contadores;
- Instalação de telecontagem nos grandes consumidores;
- Substituição de válvulas e ventosas, incluindo a remodelação integral de 3 VRP com alteração de caixa;
- Remodelações diversas na rede de águas residuais domésticas, incluindo a substituição de rede;
- Melhoria da eficiência energética nas EEAA com a instalação de variadores de velocidade nas EE de Vale Figueiras, Pancas, Marmeleira, Santana da Carnota, Cheganças, Paula/Labrugeira, Paúla / Cabanas de Torres e Santa Teresa no âmbito do Programa ADENE TC3;
- Aquisição de equipamento operacional (água e águas residuais).







6. Perspetivas para o Futuro

[Handwritten signature]



6. Perspetivas para o Futuro

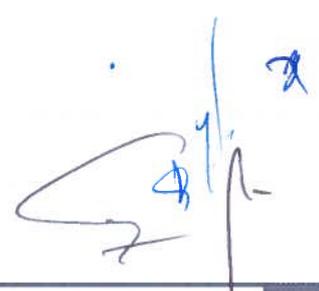
A Águas de Alenquer pretende:

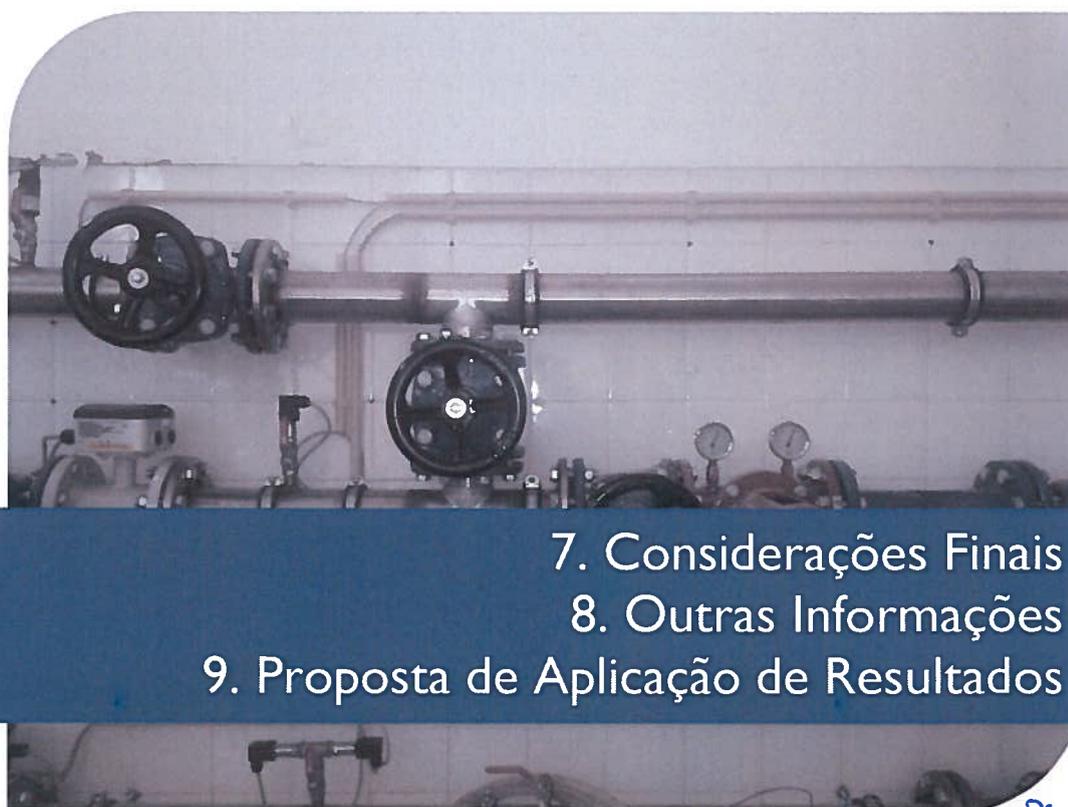
- Satisfazer continuamente as necessidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais aos Utilizadores do Sistema;
- Ser uma empresa ambientalmente responsável, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente;
- Contribuir para o desenvolvimento do Município de Alenquer, potenciando parcerias locais em situação de igualdade;
- Ser referência na relação custo/eficiência do serviço, transmitindo confiança aos seus Clientes;
- Promover uma cultura de melhoria contínua num quadro de sustentabilidade a longo prazo, suportada numa gestão eficiente dos recursos e numa adequada estrutura organizativa onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar;
- Apostar na formação dos recursos humanos;
- Criar competências que nos distingam na gestão dos nossos clientes, melhorando a imagem da empresa perante a sociedade.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas de Alenquer, referenciamos:

- Evolução do sistema de faturação da atividade de saneamento e a evolução das tarifas do Sistema Multimunicipal;
- Evolução das taxas de juro e variação dos preços de energia e combustíveis;
- Evolução de consumos enquadrados na evolução da conjuntura económico-financeira;
- Finalização do processo associado às incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e alteração da origem de água;
- Efeito das afluências indevidas no sistema de drenagem de águas residuais;
- Degradação da situação económico-financeira da Concessão em resultado do atraso na conclusão do processo de reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão apresentado ao Município de Alenquer em fevereiro de 2016;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez dos recursos hídricos.

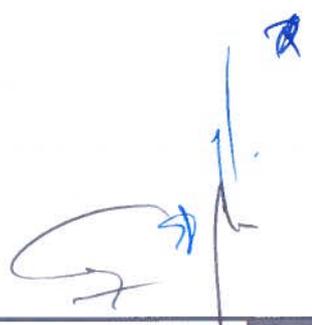

 7/4/18





7. Considerações Finais
8. Outras Informações
9. Proposta de Aplicação de Resultados

[Handwritten signature]



7. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

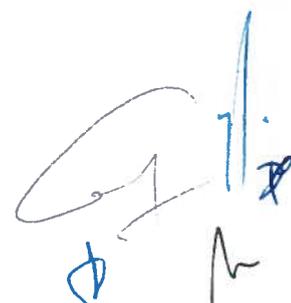
- À Câmara Municipal de Alenquer, cuja colaboração permanente tem promovido a melhoria contínua do serviço prestado;
- Aos seus Acionistas, pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento e confiança;
- A todos os colaboradores da empresa e dos seus acionistas, pela competência e dedicação demonstradas;
- Aos nossos clientes a quem procuramos prestar sempre um melhor serviço;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único pelo espírito interessado e positivamente crítico, no seguimento da atividade de empresa;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração sempre dispensada;
- Aos fornecedores, pela colaboração na prossecução dos objetivos da Empresa.

8. Outras Informações

- Não existem factos relevantes após o fecho do exercício de 2017;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores no exercício de 2017;
- A sociedade não tem sucursais.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que do Resultado Líquido do exercício de 2017, positivo no valor de 1.150.158 Euros, sejam transferidos 5% para Reservas Legais, 57.508 Euros, e o remanescente para a conta de Resultados Transitados.



[Handwritten signature]



10. Contas do Exercício de 2017 e respetivo Anexo

[Handwritten signature]

16 de março de 2018



10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017 e Respetivo Anexo

10.1 Balanço

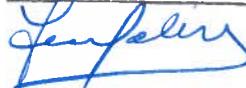
Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA

Balanço em 31 de Dezembro de 2017

Euro

RUBRICAS	Notas	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	317.564	264.224
Ativos intangíveis	7	15.883.946	16.527.113
Outros Investimentos Financeiros		340	312
Ativos por impostos diferidos	14	38.910	44.871
Total de Ativos não Correntes		16.240.761	16.836.130
Corrente			
Inventários	9	106.353	84.612
Clientes	15	2.656.060	2.541.588
Estado e outros entes públicos	17	54.771	137.627
Outros créditos a receber	15	1.405.680	1.373.870
Diferimentos	17	15.515	18.705
Caixa e depósitos bancários	4	2.643.878	2.458.329
Total de Ativos Correntes		6.882.257	6.614.732
TOTAL DO ATIVO		23.123.018	23.450.861
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	3	1.500.000	1.500.000
Outros instrumentos de capital próprio	3	3.948.558	3.948.558
Reservas legais	3	125.266	73.544
Resultados transitados	3	1.160.050	177.333
Ajustamentos/Outras variações capital próprio	3	11.965	12.723
Resultado líquido do período		1.150.158	1.034.439
Capital próprio atribuível ao grupo		7.895.997	6.746.597
Total do Capital próprio		7.895.997	6.746.597
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	12	2.713.199	2.859.642
Financiamento Obtidos	15	245.456	1.473.104
Outras dívidas a pagar	15	239.026	256.526
Total do Passivo não Corrente		3.197.681	4.589.272
Corrente			
Financiamento Obtidos	15	1.231.915	1.234.031
Fornecedores	15	9.500.708	9.850.992
Estado e outros entes públicos	17	266.684	210.216
Outras dívidas a pagar	15	1.030.032	819.755
Total do Passivo Corrente		12.029.339	12.114.993
Total do Passivo		15.227.020	16.704.265
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		23.123.018	23.450.861

SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25365
Cont. N.º 194 191 052

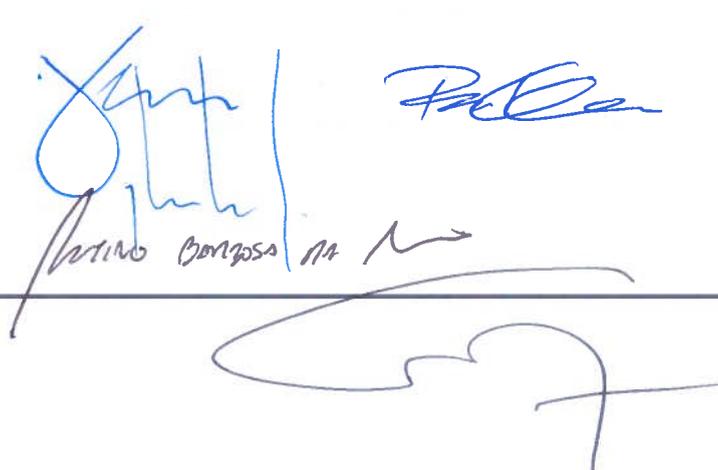



10.2 Demonstração dos Resultados

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA
 Demonstração dos Resultados por Naturezas
 Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Euro

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2017	31.12.2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	7.952.076	7.548.694
Trabalhos para a própria entidade	10	189.168	173.831
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1.940.381	-1.918.548
Fornecimentos e serviços externos	17	-3.461.184	-3.078.783
Gastos com o pessoal	17	-582.754	-566.728
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-52.141	-196.571
Provisões (aumentos/reversões)	12	146.442	184.791
Outros rendimentos	17	209.534	206.243,47
Outros gastos	17	-9.198	-7.697
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.451.562	2.345.233
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17	-840.022	-786.708
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.611.541	1.558.525
Juros e rendimentos similares obtidos	17/11	12.872	11.592
Juros e gastos similares suportados	17	-120.197	-207.262
Resultado antes de impostos		1.504.215	1.362.855
Imposto sobre o rendimento do período	14	-354.057	-328.416
Resultado líquido do período		1.150.158	1.034.439
Resultado por Acção Básico		3,83	3,45



SÉRGIO M. S. MALINO
 T. O. C. 25363
 Contrib. N.º 194 191 052



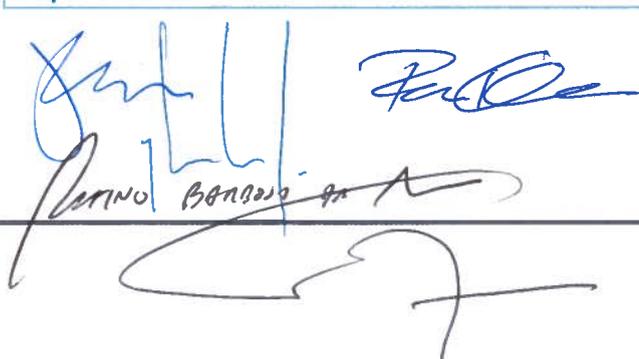
10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

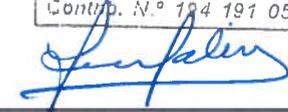
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2017	31.12.2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		9.933.200	9.307.842
Pagamentos a fornecedores		-6.304.452	-6.582.544
Pagamentos ao pessoal		-316.929	-302.793
Caixa gerada pelas operações		3.311.820	2.422.504
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-242.873	217.281
Outros recebimentos/pagamentos		-1.525.068	-1.620.009
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.543.879	1.019.777
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-99.501	-123.434
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao Investimento		0	13.480
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-99.501	-109.954
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de Capital e de Outros instrumentos de Capital Próprio		0	1.019.423
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.230.000	-1.230.000
Juros e gastos similares		-28.830	-51.087
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1.258.830	-261.665
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		185.549	648.158
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.458.329	1.810.172
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.643.878	2.458.329



SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25363
Contab. N.º 184 191 052



10.4 Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2017

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio	
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período		Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1.500.000	3.961.281	73.544		0	177.333	1.034.439	6.746.597	6.746.597
APLICAÇÃO DE RESULTADOS									
Constituição da Reserva legal							0	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados			51.722			982.717	-1.034.439	0	0
			51.722		0	982.717	-1.034.439	0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-758						-758	-758
		-758						-758	-758
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							1.150.158	1.150.158	1.150.158
RESULTADO INTEGRAL							1.150.158	1.150.158	1.150.158
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	1.500.000	3.960.523	125.265	0	0	1.160.050	1.150.158	7.895.997	7.895.997

[Handwritten signature]

SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25365
Contrib. N.º 194191 052

16 de março de 2018

Entidade: AdA - Águas de ALENQUER, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2016

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1.500.000	2.929.135	73.544		0	582.284	-404.951	4.680.012
APLICAÇÃO DE RESULTADOS								
Constituição da Reserva legal								
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados							404.951	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							404.951	0
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		1.032.146						1.032.146
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.032.146						1.032.146
RESULTADO INTEGRAL							1.034.439	1.034.439
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	1.500.000	3.961.281	73.544	0	0	177.333	1.034.439	6.746.597

SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25366
Contabil. N.º 194 191 052



Anexo

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao exercício de 2017.

As demonstrações financeiras, bem como os valores constantes neste anexo encontram-se expressos em euros, utilizando o método comum e arredondamento, até 0,50 euros arredondado para baixo, e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

Índice do Anexo:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Políticas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros
6. Partes relacionadas
7. Ativos intangíveis
8. Ativos fixos tangíveis
9. Inventários
10. Contratos de construção
11. Rédito
12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
13. Acontecimentos após a data de balanço
14. Imposto sobre o rendimento
15. Instrumentos financeiros
16. Divulgações exigidas por diplomas legais
17. Outras informações



I. Identificação da entidade

I.1 Designação da sociedade

A AdA – Águas de Alenquer, S.A. (Águas de Alénquer) é uma sociedade anónima constituída em 07 de outubro de 2003, cujo objeto social consiste na Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água, e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do Município de Alenquer, bem como a realização de Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária.

Para o cumprimento do seu objeto social, a Águas de Alenquer celebrou um Contrato de Concessão por um período de 30 anos com a Câmara Municipal de Alenquer a 17 de novembro de 2003.

No dia 2 de janeiro de 2004 foi celebrado o Auto de Consignação das infraestruturas, tendo-se iniciado o Funcionamento da Concessão pelo período de 30 anos.

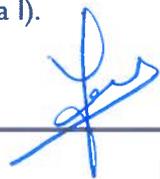
A 12 de março de 2008 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste, não contemplados no Contrato de Concessão, e a revisão do Plano de Investimentos.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do setor e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas.

Existe um conjunto de bens da concedente que estão a ser utilizados pela Concessionária, que serão restituídos no final da concessão. Os bens consignados em janeiro de 2004 ascendem 13.329.872 euros. Em novembro de 2010 foi realizada uma nova consignação referente a obras e aquisição de terrenos, realizada pelo Município após janeiro 2004 no valor 3.917.139 euros.

No dia 30 de novembro de 2015, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Águas de Alenquer celebraram um Acordo com o objetivo de encerrar os processos judiciais existentes e estabelecer um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida vencida à data da sua celebração, incluindo o pagamento dos juros de mora vencidos. Com este Acordo as Partes comprometem-se a promover a extinção da instância em todos os processos judiciais pendentes entre as Partes e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo confirma a execução do abastecimento de água ao ponto de entrega em Alenquer III (reservatório de Vila Alta – Alenquer) a partir de uma nova origem, o Adutor Torres Vedras / Mafra, anulando assim a atual origem de água junto ao Rio Alenquer associada aos problemas de incrustações de calcário verificados na rede de abastecimento de água (Zona I).





16 de março de 2018

Todos os valores associados a esta transação, incluindo juros de mora e custas judiciais, encontram-se registados e condicionaram o resultado do ano de 2015.

Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha, 2580-377 Alenquer.

1.2 Natureza da atividade

A montante e a jusante da atividade da Águas de Alenquer, encontra-se o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro. A Águas do Oeste, S.A. é a empresa concessionária do Sistema Multimunicipal por um período de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste configura-se como um sistema “em alta” que assegura o abastecimento de água aos municípios (sistema “em baixa”). O sistema municipal está consignado à Águas de Alenquer, entidade responsável pela distribuição de água a partir dos reservatórios municipais e a recolha das águas residuais domésticas provenientes das redes domiciliária de águas residuais no Município de Alenquer.

Nesse âmbito é garantido pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo o fornecimento de água “em alta” e a recolha e tratamento dos efluentes gerados através do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Recolha, respetivamente, celebrados entre a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Alenquer. A totalidade dos efluentes recolhidos é entregue ao Sistema Multimunicipal, que garante o fornecimento de cerca de 97% da água entrada no sistema. O remanescente é proveniente de captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer.

A Águas de Alenquer efetua a cobrança da sua atividade através do Tarifário aprovado anualmente pela Câmara Municipal de Alenquer, que compreende para a atividade de abastecimento de água e de saneamento a aplicação de um tarifário específico, com uma componente fixa e uma componente variável indexada ao consumo de água. Para além dos tarifários associados ao serviço de abastecimento de água e saneamento, são aplicadas tarifas associadas aos serviços auxiliares prestados ao Utilizador.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição.



1.3 Designação da empresa-mãe

A 31 de dezembro de 2017, as pessoas coletivas que integram o capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%), com sede em Porto Salvo, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%), com sede em Lisboa;
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A. (20,0%), com sede em Ferraria, Porto de Mós;
- AGS - Hidurbe, Serviços Ambientais S.A. (0,0003%).
- Luságua – Gestão de Águas, S.A. (0,0003%).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística

A empresa faz relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF), aplicando supletivamente a IFRIC 12, e a SIC 29.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada

2.4 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações, não existem impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes no Decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e na portaria 220/2015 de 24 de Julho.
- As NCRF em vigor na presente data;
- Supletivamente A IFRIC 12 e a SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, e aplicando supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados no exercício da sua atividade, e que não integram o direito à concessão, Instalações Físicas, Microgeração de Energia, Ferramentas, Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outros. A empresa adotou o custo na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados linearmente pelo método duodecimal, utilizando o critério da vida útil dos bens.

A vida útil destes ativos varia de acordo com a seguinte tabela:

Anos de vida útil	2017_2016
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	8
Equipamento Transporte	4-6
Ferramentas	4-10
Equipamento Administrativo	3-10
Micro Geração Energia	4
Outros	8

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os bens estão reconhecidos ao custo líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade, sendo essa mesma imparidade, quando existente, registada em resultados do exercício.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

A empresa dispõe, inicialmente, de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento. Estes, conjuntamente com o direito de cobrança aos utentes que provém da prestação de serviços de construção de infraestruturas, constituem o Direito da Concessão da empresa, que se encontra reconhecido tendo como base a IFRIC 12, e de acordo com a percentagem de acabamento.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das unidades de produção, ou seja, os caudais de água e saneamento faturados constituem a base para o cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao volume de água e saneamento faturados no ano face ao volume total por faturar até final da concessão.

O gasto com as amortizações do ativo intangível é reconhecido na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação utilizadas para os bens afetos à água e saneamento, respetivamente, foram as seguintes:

	2017	2016	2015
Água	4,53%	4,02%	3,72%
Saneamento	4,61%	4,17%	3,85%

c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável.

Os prejuízos fiscais até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos, entre 2010 e 2011 por um período de quatro anos, e a partir de 2012 por um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2012, será limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

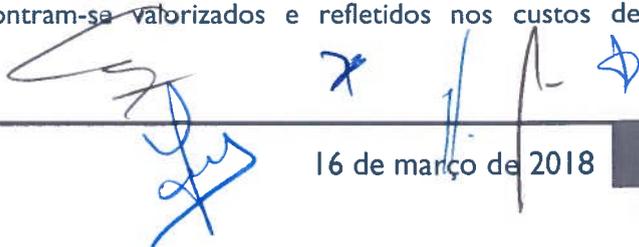
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, em situação lucro fiscal, e de seis anos em situação de prejuízo (cinco para a segurança social).

O Conselho de Administração da Águas de Alenquer, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2017.

d) Inventários

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é geralmente inferior ao respetivo valor de mercado, se o custo de aquisição for superior ao respetivo valor de mercado será considerado uma imparidade pela diferença. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

Relativamente à compra de água à Águas de Lisboa e Vale do Tejo e à Águas do Vale do Tejo, os volumes aduzidos ao sistema são valorizados a preço de custo, conforme tarifário aprovado para o Sistema Multimunicipal por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Os encargos associados à exploração das captações de água municipais em exploração pela Águas de Alenquer encontram-se valorizados e refletidos nos custos de exploração.



16 de março de 2018

e) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base em critérios económicos relativamente aos ativos de contratos rescindidos, em relação aos contratos ativos é utilizado o critério económico e da mora.

f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

g) Outros Créditos a Receber

Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem essencialmente a valores a faturar a terceiros por gastos suportados devido a incrustação de calcário na rede.

Os saldos constantes nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rubricas dos Capitais Próprios

j.1) Capital Subscrito

O capital social encontra-se totalmente subscrito à data das demonstrações financeiras.

j.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

j3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

k) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação financeira depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

Os contratos de locação são classificados como locações operacionais se através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação operacional depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

l) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos estão valorizados ao custo.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores respeitantes a juros de suprimentos devidos aos Acionistas e não liquidados.

reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade

m) Outras Dívidas a Pagar

A conta da Câmara Municipal de Alenquer respeitante à retribuição a pagar à concedente referente a rendas futuras encontra-se registada ao custo, atualizado de acordo com o do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

n) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

o) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos financeiros e de quantidades concedidos.

reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a tarifa volumétrica e a tarifa de disponibilidade de água, resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é feita com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa.

Relativamente à tarifa volumétrica e de disponibilidade de saneamento aplica-se o mesmo critério.

O rédito da prestação de serviços relativo a ramais é reconhecido aquando da disponibilização do mesmo para exploração pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

p) Trabalhos para a própria Entidade

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

q) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE – Subcontratos – todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

r) Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas

O CMVC encontra-se mensurado ao custo.

s) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal englobam remunerações fixas ou variáveis, atribuídas ao pessoal afeto à empresa, assim como as contribuições obrigatórias, quotizações sindicais e outros gastos com o pessoal, como seguros, fardamento e formação.

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

t) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos quando relacionados com a elaboração de ativos intangíveis, que constituem o direito à concessão são capitalizados, fazendo parte desse direito. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

u) Provisões

As provisões refletem as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Esta rubrica inclui uma provisão para investimento de substituição.

v) Outros Rendimentos e Ganhos

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao justo valor e correspondem essencialmente rendimentos suplementares, débito de gastos com calcário e indemnização a receber pelo atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Tejo-Atlântico (sucedânea da extinta Águas do Oeste).

w) Outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem essencialmente impostos, donativos, indemnizações e gastos relacionados com incrustações de calcário na rede.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Para além das políticas referidas no ponto 3.1, a empresa adota supletivamente o disposto na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços.

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

3.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.



3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Não se espera qualquer risco de provocar ajustamento material.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

3.6 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	3.106	9.208
Depósitos à ordem	2.640.772	2.449.121
Caixa e seus equivalentes	<u>2.643.878</u>	<u>2.458.329</u>
Caixa e Depósitos Bancários	<u>2.643.878</u>	<u>2.458.329</u>

Os montantes considerados em caixa e depósitos à ordem destinam-se a satisfazer compromissos de curto prazo.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a empresa, não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas

6.1 *Relacionamentos com empresas-mãe*

A 31 de Dezembro de 2017, as pessoas coletivas que detêm a maioria do capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%)
Sede: Lagoas Park, Edifício 6 - Piso 0A, Porto Salvo, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%)
Sede: Av. Marechal Gomes da Costa, 33, 1ºA, Lisboa
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A. (20%)
Sede: Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria, Porto de Mós

6.2 *Remunerações do pessoal chave da gestão*

A empresa suportou gastos diretamente relacionados com o pessoal da gestão no montante de 97.515 €, valor debitado pelo acionista Aquapor Serviços, SA e que se encontra refletido na rubrica de FSE – Honorários.



6.3 Saldos e Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transações que faz	Serviços que recebe/ Transações que recebe
AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.		Exploração Sistemas Elevatórios Financiamento Venda Bens de Investimento Equipamento Microprodução Energia
Aquapor – Serviços, S.A.		Cedência Administrador Executivo Financiamento Assistência Comercial
Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A.		Controlo Custos de Obra
Luságua – Gestão de Águas, S.A.		Controlo Analítico Manutenção Equipamento
Pragosa Ambiente, S.A.		Limpeza Rede Saneamento Gestão de resíduos
Construções Pragosa, S.A.		Venda Bens de Investimento

b) Transações e saldos pendentes:

- i) Quantia das transações:
- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:
- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

		Prestação serviços Intragrupo	Aquisição serviços Intragrupo	Out. créditos a receber	Outras dívidas a pagar
Ags	2017	-	425.110	-	1.399.580
	2016	-	441.927	-	1.436.751
Aquapor	2017	-	265.517	-	1.304.087
	2016	-	232.549	605	1.184.025
Ecobrejo	2017	-	30.000	-	330.300
	2016	-	30.000	-	293.400
Luságua	2017	-	37.212	-	6.950
	2016	-	34.675	-	57.442
Pragosa Ambiente	2017	-	120.663	229	14.299
	2016	-	131.128	229	94.155
Construções Pragosa	2017	-	-	2.979	-
	2016	607	-	2.979	-

7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis englobam essencialmente o Direito da Concessão, que representa o direito de explorar as infraestruturas colocadas à disposição pela concedente, e de construir novas infraestruturas assim como explorá-las e cobrar aos utilizadores pelo serviço prestado.

Com a assinatura do contrato de concessão a AdA comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente em infraestruturas de água e saneamento no concelho de Alenquer. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da concedente sem quaisquer custos ou ônus.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e a NCRF 19 foi reconhecida:

- Em rendimentos e gastos, pelos serviços de construção e valorização; e
- Em ativos intangíveis, na parte referente aos serviços de construção acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados capitalizados durante a fase de construção.

Adicionalmente o direito de concessão incorpora:

- (I) O justo valor dos bens colocados à disposição pela concedente, sob o valor da retribuição a pagar à concedente,
- (II) Os gastos iniciais de arranque da concessão.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos. O plano de investimentos ficou concluído em 2008, com exceção de um reservatório.

b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

O método de amortização do ativo intangível é conforme o descrito na nota 3.1b. O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro alínea e) do presente parágrafo.

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

	31.12.15	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2016	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2017
Custo											
Direito da Concessão	22.618.156	86.551				22.704.707	116.412				22.821.120
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.503					143.503					143.503
	22.763.360	86.551	0	0	0	22.849.911	116.412	0	0	0	22.966.323
Amortizações / Imparidade											
Direito da Concessão	5.468.595	708.736				6.177.331	759.579				6.936.911
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	142.336	1.430				143.766					143.766
	5.612.632	710.166				6.322.798	759.579				7.082.377
	17.150.728	-623.615	0	0	0	16.527.113	-643.167	0	0	0	15.883.946

16 de março de 2018

A rubrica Outros ativos intangíveis engloba programas de computador e a certificação em qualidade da empresa.

7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

7.3 Existência e quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos

A infraestrutura utilizada na exploração da concessão (pela qual a empresa prestou serviços ao concedente, recebendo em troca o direito de cobrar aos utentes), será transferida no final da concessão, para o concedente a título gratuito, sem qualquer contrapartida.

7.4 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos com um Agrupamento Complementar, subcontratando-as para os serviços relacionados com a prestação de serviços de construção de infraestruturas.

Os referidos compromissos já se encontram cumpridos.

8. Ativos Fixos Tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	31.12.2015	Aumento s	Transferênci as	Alienaçõe s	Abates	31.12.2016	Aumento s	Transferências	Alienaçõe s	Abates	31.12.2017
Custo											
Edifícios e Outras Construções	133.400					133.400					133.400
Equipamento Básico	665.442	104.825				770.268	104.608				874.875
Equipamento Transporte	98.063					98.063					98.063
Equipamento Administrativo	179.332	10.838				190.170					190.170
Outros Ativos Fixos Tangíveis	268.417	12.596				281.013	29.174				310.187
	1.344.654	128.260	0	0	0	1.472.914	133.782	0	0	0	1.606.696
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	124.798	626				125.424	626				126.049
Equipamento Básico	555.955	32.191				588.145	42.885				631.030
Equipamento Transporte	96.352	1.407				97.759	303				98.063
Equipamento Administrativo	156.644	11.210				167.853	10.861				178.715
Outros Ativos Fixos Tangíveis	198.400	31.109				229.508	25.767				255.275
	1.132.148	76.542	0	0	0	1.208.690	80.442	0	0	0	1.289.132
	212.506	51.718	0	0	0	264.224	53.340	0	0	0	317.564

8.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

8.3 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

9. Inventários

9.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea d) do parágrafo 3.1.

9.2 *Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas*

A quantia total escriturada de inventários encontra-se no quadro seguinte:

Inventários	2017	2016
Matérias Subsidiárias e de Consumo		
Contadores	32.830	19.323
Material Hidráulico Diverso	73.523	65.289
	<u>106.353</u>	<u>84.612</u>

No que se refere ao inventário de água, não se considera qualquer valor porquanto, quando foi iniciada a concessão, os reservatórios continham água que não foi objeto de faturação por parte da CMA, tendo sido assumido que no final da concessão a água que existir nos reservatórios também não será objeto de faturação à CMA. Assim, e porque o inventário existente a 31 de dezembro de cada ano não será substancialmente diferente daquele que existia no início da concessão, não se procede à contagem da água existente. O valor relativo à compra de água reflete-se como gasto do período.

9.3 *Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período*

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Inventários	Matérias-primas	Mat. Sub. e de Consumo	Total
Existências em 01-01-2016	0	-73.543	-73.543
Compras	-1.735.646	-193.971	-1.929.617
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2016	0	84.612	84.612
	<u>-1.735.646</u>	<u>-182.902</u>	<u>-1.918.548</u>
Existências em 01-01-2017	0	-84.612	-84.612
Compras	-1.790.858	-171.624	-1.962.122
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2017	0	106.353	106.353
	<u>-1.790.858</u>	<u>-149.523</u>	<u>-1.940.381</u>

10. Contratos de construção

A Empresa subcontrata a prestação de serviços de construção de infraestruturas reconhecendo nas suas demonstrações o gasto e o rédito aquando o débito por parte dos terceiros.

10.1 *Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período*

As quantias registadas no período foram as seguintes:

Trabalhos para própria entidade	2017	2016
Direito de Concessão (Rede água e saneamento)	116.412	86.742
Montagem de contadores na rede – Realizados internamente	72.756	87.089
	189.168	173.831

10.2 *Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período*

O reconhecimento do rédito é feito ao justo valor com base na percentagem de acabamento.

10.3 *Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso*

A fase de acabamento dos contratos em curso, mede-se pelo seu reconhecimento em prestações de serviços por contrapartida de ativos intangíveis.

11. Rédito

11.1 *Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços*

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea o) do parágrafo 3.1.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda e Prestação de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	2017	2016
Venda de Água	3.084.996	2.830.415
Prestação de Serviços – Água	1.686.139	1.652.822
Prestação de Serviços – Saneamento	3.155.410	3.052.453
Prestação de Serviços – Ramais	25.531	13.004
	7.952.076	7.548.694

A prestação de serviços de água engloba uma tarifa fixa; uma tarifa de disponibilidade em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado; uma tarifa de ligação à rede, e uma tarifa de construção de ramais de água para clientes não-domésticos.

A prestação de serviços de saneamento engloba uma tarifa de disponibilidade, assim como as tarifas volumétricas de saneamento, limpeza e desobstrução de fossas, e tarifas de ligação e desobstrução de ramais de saneamento.

b) Juros

A Empresa auferе juros dos clientes por atraso de pagamento das faturas, conforme mencionado na nota 15.5.

Rédito de Juros	2017	2016
Juros de mora	12.876	11.592

12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

12.1 Provisões

Foi constituída em 2011, uma provisão para Investimento de Substituição Futuro no montante de 3.338.869 euros, de acordo com o plano de investimentos. Em 2012 verificou-se uma reversão dessa mesma provisão no montante de 74.927, de 60.699 em 2013, de 47.412 em 2014 de 111.397 em 2015, de 184.791 em 2016 e de 146.442 em 2017.

	Provisões
Saldo em 01.01.2016	3.044.333
Utilizações	-184.791
Saldo em 31.12.2016	2.859.642
Utilizações	-146.442
Saldo em 31.12.2017	2.713.199

16 de março de 2018

13. Acontecimentos após a data do balanço

13.1 Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 16 de março de 2018.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

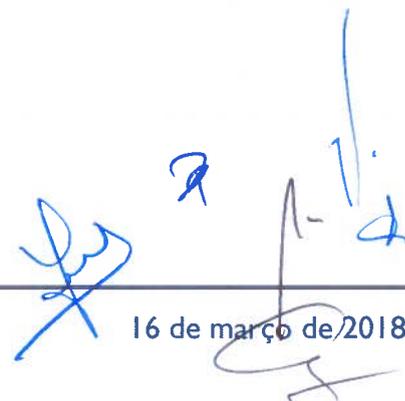
Após a data do balanço não foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data do balanço que originassem atualizações, quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que não tenham dado lugar a ajustamentos.



16 de março de 2018

14. Imposto sobre o rendimento

14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

Imposto	2017	2016
Imposto Corrente		
IRC do ano	348.486	128.522
	<u>348.486</u>	<u>128.522</u>
Imposto Diferido		
Reversão por diferenças temporárias	5.570	199.894
	<u>5.570</u>	<u>199.894</u>

b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

Ver quadro na alínea a) deste ponto.

14.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

- Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou
- Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes de impostos	1.504.214	1.362.855		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	338.448	306.642	22,5%	22,5%
<u>Proveitos não tributáveis</u>				
Reversão de perdas por imparidade tributadas	5.631	21.102		
Reversão de provisões tributadas	146.442	184.791		
	152.074	205.893		
<u>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</u>				
Multas, coimas, juros compensatórios	1.192	0		
Provisões e perdas por imparidade	121.685	113.635		
Ajustamentos decorrentes aplicação justo valor	54.237	98.815		
	177.214	212.450		
Lucro tributável	1.529.255	1.369.412		
Prejuízo Fiscal	0	875.637		
Prejuízo Fiscal N-I	0	875.637		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (s/ derrama)	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	321.144	103.693	0	0
Tributação autónoma	4.404	4.288	0	0
Derrama	22.939	20.541	0	0
Imposto sobre o rendimento	348.486	128.522	0	0

14.3 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado:

	Contas de Balanço		Contas DR	
	2017	2016	2017	2016
Impostos Diferidos Ativos				
Diferenças Temporais				
Provisão Investimento Substituição Futuro	38.910	44.481	-5.570	-16.010
Prejuízos Fiscais	0	0	0	-183.884
	<u>38.910</u>	<u>38.910</u>	<u>-5.570</u>	<u>199.894</u>
			<u>-5.570</u>	<u>-199.894</u>

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço)

Ver quadro na alínea a) deste ponto

14.4 Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos acionistas

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos

14.5 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis

Dado que, o pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, não há lugar à divulgação de quaisquer quantias (determináveis, ou não, em termos práticos) relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.

16 de março de 2018

15. Instrumentos financeiros

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea e) – Clientes
- ✓ Alínea g) – Outros Créditos a Receber
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Locações
- ✓ Alínea l) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea m) – Outras Dívidas a Pagar
- ✓ Alínea n) – Fornecedores

15.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros	2017	2016
Clientes	2.656.060	2.541.588
Outros Créditos a receber	1.405.680	1.373.870
Caixa e depósitos bancários	2.643.878	2.458.329

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2017	2016
Clientes gerais	2.811.292	2.650.682
Trabalhos efetuados não faturados	499.076	478.309
Perdas imparidade acumuladas	-604.307	-587.404
	<u>2.656.060</u>	<u>2.541.588</u>

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2016	555.251
Reforço do ano	208.855
Utilizações	-176.702
Reversões	0
Saldo em 31.12.2016	<u>-587.404</u>
Reforço do ano	54.962
Utilizações	-38.058
Reversões	0
Saldo em 31.12.2017	<u><u>-604.307</u></u>

Os Outros Créditos a Receber decompõem-se da seguinte forma:

Ativos Financeiros	2017	2016
Outros Créditos a receber		
Gastos com calcário	873.847	846.394
Indemnização a receber	383.550	383.550
Outros	148.284	143.926
	<u>1.405.680</u>	<u>1.373.870</u>

O montante incluído nesta rubrica refere-se essencialmente a gastos suportados como resultado das incrustações de calcário existentes na rede, assim como gastos suportados com a construção de condutas, cuja responsabilidade é de terceiros.



16 de março de 2018

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros	2017	2016
Passivos Não Correntes		
Financiamento Obtidos	245.456	1.473.104
Outras dívidas a pagar		
Retribuição à Concedente	239.026	256.526
Passivos Correntes		
Financiamento Obtidos	1.231.915	1.234.031
Fornecedores	9.500.708	9.850.992
Outras dívidas a pagar	1.030.032	819.755
Fornecedores de investimento	16.050	40.063
Retribuição à concedente	17.500	17.500
Credores por acréscimo gastos	345.473	345.727
C.M.A._RSU	562.780	389.811
Diversos	88.229	26.654

Os financiamentos obtidos não correntes englobam financiamentos de acionistas

Os financiamentos obtidos correntes referem-se a financiamentos bancários, no âmbito do projeto de financiamento da CGD/Caixa BI.

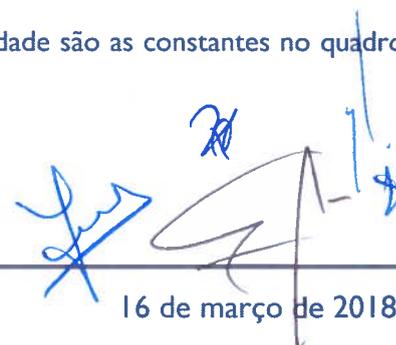
Os financiamentos bancários obtidos vencem juros semestralmente à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,5% de *spread*.

Na rubrica credores por acréscimo de gastos, estão incluídos 275.000. euros de encargos com custas judiciais a suportar, pelo processo judicial com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Na rubrica diversos, estão incluídos 70.227 euros de taxa de gestão de resíduos. Sendo que este montante em 2016 foi de 10.193 euros.

c) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são as constantes no quadro da alínea b) deste ponto.



16 de março de 2018

15.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

15.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

15.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento	2017	2016
Ganhos		
Juros de mora	12.872	11.592
	<u>12.872</u>	<u>11.592</u>
Perdas		
Juros de financiamento obtidos	-26.714	-48.099
Juros de mora	-28.130	-49.370
Outros	-65.353	-109.793
	<u>-207.262</u>	<u>-207.262</u>
	<u>-107.326</u>	<u>-195.670</u>

A empresa no ano 2017 não capitalizou quaisquer encargos com financiamento.

15.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 15.2.

Instrumentos de capital próprio:

15.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.500.000€ e encontra-se totalmente realizado.

15.8 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 300.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

16 de março de 2018

15.9 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

15.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

15.11 Indicação das quantias de outros instrumentos de capital próprio.

Os outros instrumentos de capital próprio ascendem a 3.948.558 euros e correspondem prestações acessórias efetuadas pelos acionistas.

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1 Divulgação exigida pelo n.º 2 do art.º 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

	2017	2016
Honorários pela Revisão Legal Contas	7.700	7.600



17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2017	2016
Saldos a receber		
Imposto sobre Valor Acrescentado	52.637	137.627
Segurança Social	2.101	0
Tributos Autarquias Locais	33	0
	<u>54.771</u>	<u>137.627</u>
Saldos a pagar		
Imposto sobre o Rendimento	-234.135	-128.522
Retenção Imposto sobre Rendimento	-4.197	-4.384
Segurança Social	0	-8.473
Tributos Autarquias Locais	-3.566	-5.182
Taxa recursos Hídricos	-24.785	-63.655
	<u>-266.684</u>	<u>-210.216</u>

A taxa de recursos hídricos, visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

A taxa de recursos hídricos é cobrada aos clientes e entregue à empresa fornecedora de água e saneamento, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e à ARH Tejo na componente referente às captações próprias.

17.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer descreve-se da seguinte forma:

Diferimentos	2017	2016
Rendas	3.352	3.332
Seguros	0	3.188
Comissões	12.164	12.184
	<u>15.515</u>	<u>18.705</u>

O montante incluído em comissões refere-se a despesas de comissão de agenciamento debitadas pela Caixa BI, relacionadas com o contrato de financiamento. O valor das referidas comissões foi debitado em novembro e corresponde ao período entre 17 de novembro de 2017 e 17 de maio de 2018.

17.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos	2017	2016
Subcontratos	-1.968.019	-1.665.307
Manutenção Rede Água	-10.215	-9.857
Tratamento Efluentes	-1.280.503	-966.382
Outros	-677.301	-689.069
Serviços Especializados	-1.058.721	-1.006.516
Trabalhos Especializados	-769.149	-776.718
Publicidade e Propaganda	-1.178	-1.253
Vigilância e Segurança	-2.218	-996
Honorários	-98.033	-99.254
Conservação e Reparação	-112.479	-56.583
Serviços Bancários	-60.089	-58.649
Outros Serviços	-33.976	-13.061
Materiais	-10.496	-8.930
Energia e Fluidos	-236.052	-214.326
Deslocações Estadas e Transporte	-7.826	-7.582
Serviços Diversos	-180.071	-176.121
Rendas e Alugueres	-108.508	-106.969
Comunicação	-24.205	-28.830
Seguros	-38.095	-30.705
Contencioso e Notariado	-171	-228
Despesas de Representação	-1.669	-885
Limpeza Higiene e Conforto	-7.424	-8.504
	<u>-3.461.184</u>	<u>-3.078.783</u>

A rubrica de trabalhos especializados engloba: gastos com assistência técnica, contabilidade, revisão oficial de contas, gastos de faturação e cobrança, serviços de advocacia e serviços de assessoria especializada.

17.4 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2017	2016
Rendimentos Suplementares	181.323	177.845
Fornecimento de Energia	9.843	10.156
Diversos	171.481	167.689
Outros	28.210	28.398
Débito de Gastos com Calcário	27.453	27.443
Diversos	757	955
	209.534	206.243

Em resultado das incrustações de calcário existentes na rede, a empresa incorre anualmente em diversos gastos operacionais e de substituição não previstos. Por resultarem de danos na infraestrutura anteriores à Concessão, o montante igual aos gastos suportados no ano têm sido considerado como outros rendimentos e ganhos, como responsabilidade a imputar a outros terceiros. Este montante encontra-se registado em outros acréscimos de rendimentos.

17.5 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2017	2016
Impostos	-566	-306
Outros	-8.632	-7.391
Quotizações	-576	-576
Multas e Penalidades	50	0
Indemnizações por sinistro	-8.006	-6.815
Diversos	0	0
	-9.198	-7.697

17.6 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	2017	2016
Ativos Tangíveis	-80.442	-76.805
Ativos Intangíveis	-759.580	-709.903
	-840.022	-786.708

17.7 Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares suportados	2017	2016
Juros empréstimos bancários	-26.714	-48.099
Juros de Suprimento	-2.352	-2.598
Juros de mora	-28.130	-49.370
Outros Juros	-63.002	-107.194
	-120.197	-207.262

Na rubrica outros juros, estão incluídos 54.237 euros, resultantes da atualização da dívida com a Água de Lisboa e Vale do Tejo, na sequência do acordo de pagamentos celebrado. A atualização tem implícita uma taxa de desconto de 0,96%.

17.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares obtidos	2017	2016
Juros de mora	12.872	11.592
	12.872	11.592



17.9 Gastos com o Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<u>Gastos com o Pessoal</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações do Pessoal	-449.336	-438.080
Encargos sobre Remunerações	-92.774	-93.922
Seguros	-19.697	-17.182
Outros	-20.946	-17.544
	<u>-582.754</u>	<u>-566.728</u>

17.10 Garantias Prestadas

A empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

- À Câmara Municipal de Alenquer, uma garantia de 1.675.000 euros;
- À EP – Estradas de Portugal, S.A., por obras realizadas em estradas nacionais durante a realização do Plano de Investimentos, no valor de 5.000 euros.

17.11 Risco Financeiro

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem e virem a obter-se resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- (I) Risco de crédito
- (II) Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash-flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos anuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que, geralmente, as operações efetuadas no âmbito da gestão de riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

A gestão dos riscos financeiros, incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura, é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

A empresa encontra-se sujeita a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

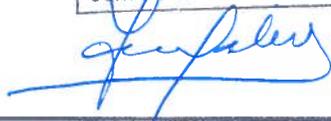
- Atividade Operacional – Clientes e Outras Contas a Receber.
- Atividade de Financiamento – Depósitos em Bancos e Instituições Financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela empresa;
- Os valores em dívida são mensalmente monitorizados

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efetuada pela Direção Financeira e pela Administração da empresa.

SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25365
Contrib. N.º 104 191 052






12. Certificação Legal de Contas

16 de março de 2018

105

[Handwritten signature]



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 23.123.018 euros e um total de capital próprio de 7.895.997 euros, incluindo um resultado líquido de 1.150.158 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de AdA - Águas de Alenquer, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2017 a Entidade tem registado no seu Ativo intangível o montante de 2.540 milhares de Euros e em Provisões o montante de 2.713 milhares de Euros, relativo ao investimento de substituição futuro, de acordo com o plano de investimentos. Estes montantes não foram corretamente apurados no seu reconhecimento inicial, nomeadamente por não ter sido apurado o custo amortizado dos referidos montantes. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017, o ativo intangível encontra-se sobreavaliado em 374 milhares de Euros (2016: 392 milhares de Euros) e o passivo relativo à Provisão de Investimento de substituição futuro encontra-se subavaliado em 44 milhares de Euros (2016: sobreavaliado em 47 milhares de Euros), e os resultados transitados e o resultado líquido do exercício encontram-se sobreavaliados em 267 milhares de Euros (2016: 173 milhares de Euros) e em 57 milhares de Euros (2016: 94 milhares de Euros), respetivamente, considerando o respetivo efeito fiscal.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

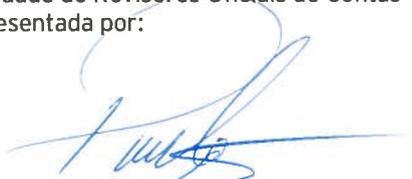
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944



II. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

16 de março de 2018

101

[Handwritten signature]



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com uma reserva e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

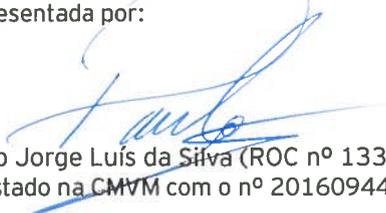
Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2017 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2017 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2017, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardada a reserva incluída na Certificação Legal das Contas;

Lisboa, 27 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944



AdA – Águas de Alenquer, S.A.

Rua Sacadura Cabral nº24 B R/C • 2580-371 Alenquer • Portugal

Tel.: + 351 263 731 210 • Fax: + 351 263 731 219

geral@aguasdealenquer.pt

www.aguasdealenquer.pt